



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Giselle dos Santos Siqueira

**Getúlio Cabral: trajetória e morte de um militante comunista em Duque de
Caxias, na Guanabara e em Salvador**

Rio de Janeiro

2014

Giselle dos Santos Siqueira

Getúlio Cabral: trajetória e morte de um militante comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador



Dissertação apresentada como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

S618 Siqueira, Giselle dos Santos.
Getúlio Cabral: trajetória e morte de um militante comunista
em Duque de Caxias na Guanabara e em Salvador /Giselle dos
Santos Siqueira. – 2014.
98 f.

Orientador: Oswaldo Munteal Filho.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Brasil – Política e governo – Teses. 2. Tortura – Brasil –
Teses. I. Munteal Filho, Oswaldo. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.
Título.

CDU 981

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde
que citada a fonte.

Assinatura

Data

Giselle dos Santos Siqueira

Getúlio Cabral: trajetória e morte de um militante comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Aprovada em: 14 de março de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^a. Dra. Maria Emília da Costa Prado
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^a. Dra. Maria Alice Rezende de Carvalho
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para Deus, toda a minha família, meu namorado e amigos

AGRADECIMENTO

Esta talvez seja uma das partes mais difíceis da dissertação, pois se pode cometer injustiças e deixar pessoas importantes de fora. Primeiramente, tenho que ser grata a Deus por ser minha fortaleza e ter me dado forças para prosseguir e não desistir durante esses dois anos de caminhada, nos quais encontrei muitas barreiras e tive que vencer muitas dificuldades, quase desistindo de tudo em alguns momentos. Em seguida ao meu pai e a minha mãe por terem investido e acreditado em mim sempre, sem nunca esmorecer e terem se privado de muitas coisas para que hoje eu pudesse estar aqui, realizando mais esse sonho.

No que tange diretamente a elaboração dessa dissertação, sou grata ao meu namorado e também historiador Fábio Silva Gonçalves por ter aturado o meu stress, minhas crises de autoestima e principalmente por ter compartilhado comigo dúvidas, incertezas, opiniões e ideias para a realização desta. Aos meus amigos e familiares que souberam entender as minhas faltas durante um bom período. Aos docentes do Programa de Pós Graduação de História da UERJ, principalmente aos professores Lúcia Maria Bastos, Marilene Rosa e Ricardo Mendes e ao professor Marcos Alvito da UFF pela contribuição através das suas disciplinas na troca de ideias, sugestões e conhecimento. Aos professores Paulo Seda e Fernando de Almeida Sá que gentilmente aceitaram o meu convite e me honraram com as suas presenças na minha banca de qualificação. As professoras Maria Emília Prado e Maria Alice Rezende o meu muito obrigado por terem aceitado o convite e me honram com as suas presenças na minha banca de defesa final da dissertação. A minha querida colega e companheira de mestrado Natalia Rodrigues por estar sempre ao meu lado, aturar minhas crises e estar sempre pronta pra me acalmar e me ajudar a resolver os imprevistos que por muitas vezes surgiram dificultando o meu processo de estudo e escrita. Ao Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias pelas trocas, pelas experiências coletivas de pesquisa acerca da História Local e pela disponibilização do seu acervo. A toda equipe do Centro de Memória, especialmente a Fátima David, pela grande ajuda durante o início do processo e por terem me estendido à mão no momento onde eu mais precisei. O meu muito obrigado de coração. A equipe da Coordenadoria de Ensino Fundamental, principalmente aos queridos colegas Mariangela, Adriana, José Alexandre, Cristiane, Luciene, Cristina, Maria de Fátima e Izis pelo apoio incondicional, pela amizade, pelo carinho, pelas palavras de conforto e pela troca diária que foi importantíssima nessa minha fase. A minha querida Marlúcia Santos de Souza, pesquisadora despojada, solidária,

generosa, por ter me dado de presente o Getúlio Cabral. Sem ela essa pesquisa não existiria. Obrigada pelas sugestões, pela ajuda durante todo o processo, obrigado por sempre estar presente, mesmo com o tempo muito curto, sabia ouvir, enfim por tudo. Serei eternamente grata. Um obrigado especial também a Ercília Coelho por ter sido minha leitora crítica, agradeço demais as suas sugestões e orientações. Um agradecimento muito especial aos familiares de Getúlio Cabral: Luis Carlos, Vitor Hugo, Ernesto e Adriano pelo carinho, confiança depositados em mim, por terem sido sempre solícitos e me ajudado sempre que preciso.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado. Todos os livros foram comprados com esta importante ajuda.

Ao meu orientador Oswaldo Munteal Filho, pelo apoio ao tema, orientar minhas leituras e não permitir desvios na dissertação, incentivando assim o trabalho e me ajudando a crescer no ofício de historiadora.

O dever de todo revolucionário é fazer a revolução.

Che Guevara

RESUMO

SIQUEIRA, Giselle dos Santos. *Getúlio Cabral*: trajetória e morte de um militante comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A Ditadura Militar brasileira desperta o interesse dos pesquisadores porque ainda é alvo de disputas das memórias sobre o período. As fontes usadas nesta pesquisa foram principalmente documentos encontrados no APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro) e no site do Grupo Tortura Nunca Mais / Rio e entrevistas. O principal conceito norteador dessa pesquisa é o conceito de memória, usado na ótica de Pollak, Jacques Le Goff e Paul Ricoeur. A mesma trabalha em conjunto com a História Política e com a História Oral. Diferentes memórias foram confrontadas para analisar o período da ditadura.

Palavras-chave: Memória. Militância. Guerrilha urbana.

ABSTRACT

SIQUEIRA, Giselle dos Santos. *Getúlio Cabral: trajectory and death of a communist militant in Duque de Caxias, in Guanabara and Salvador*. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The Brazilian military dictatorship arouses the interest of researchers because it is still under dispute memories of the period. The sources used in this research were mainly documents found APERJ (Public Archives of the State of Rio de Janeiro) and the Tortura Nunca Mais / Rio Group and interviews site. The main concept guiding this research is the concept of memory, used in optical Pollak, Jacques Le Goff and Paul Ricoeur. The same works in conjunction with the Political History and Oral History. Different memories were compared to analyze the period of the dictatorship.

Keywords: Memory. Military. Urban Guerrilla.

LISTA DE SIGLAS

AI -5	Ato Institucional número cinco
ALA	Ala vermelha do Partido Comunista do Brasil
ALF	Associação dos Lavradores Fluminenses
ALN	Aliança Nacional Libertadora
AMFNB	Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
AP	Ação Popular
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APPH – CLIO	Associação de Professores e Pesquisadores de História
ASAMIH	Associação de Amigos do Instituto Histórico
BA	Bahia
BPEx	Batalhão de Polícia do Exército
CBTC	Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CREMERJ	Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro
CRPH	Centro de Referência, Patrimonial e Histórico da Cidade de Duque de Caxias
DETRAN	Departamento de Trânsito
DOI / CODI	Destacamento de Operações de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DPF /BA	Departamento de Polícia Federal da Bahia
FAB	Força Aérea Brasileira
FABOR	Fábrica de Borracha
FEUDUC	Fundação Educacional de Duque de Caxias
FNM	Fábrica Nacional de Motores
GTNM – RJ	Grupo Tortura Nunca Mais – Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
IRA	Irish Revolutionary Army (Exército Revolucionário Irlandês)
MAR	Movimento de Ação Revolucionária
MG	Minas Gerais

MRN	Movimento Nacionalista Revolucionário
OBAN	Operação Bandeirante
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PE	Pernambuco
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Política Operária
PORT	Partido Operário Revolucionário Trotskista
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
SC	São Cristóvão
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFDC	União Feminista de Duque de Caxias
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
VAR – Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE IMAGENS

Figura 1- Pais de Getúlio: Lindrosina e Manoel Arcanjo -----	75
Figura 2- Foto de Getúlio de Oliveira Cabral -----	75
Figura 3 - Foto de Getúlio Cabral -----	76
Figura 4- Foto de casamento de Getúlio Cabral e Maria de Lourdes -----	77
Figura 5- Getúlio Cabral aos dezesseis anos -----	78
Figura 6- Mapa da saída de Espera Feliz (MG) para Duque de Caxias (RJ) -----	79
Figura 7- Mapa dos bairros e distritos de Duque de Caxias -----	80
Figura 8- E. M. Darcy Vargas – 1967-----	81
Figura 9 - E. M. Darcy Vargas – 1969-----	81
Figura 10 - Adriano Cabral recebendo a medalha Chico Mendes-----	82
Figura 11- FNM-----	82
Figura 12- FNM nos anos 50 -----	83
Figura 13 - FNM nos anos 50 -----	83
Figura 14- Caminhão FNM -----	84
Figura 15- Área de pouso da FNM nos anos 40 -----	84
Figura 16- Certidão de óbito de Getúlio Cabral -----	85
Figura 17- Início da ocupação nos anos 80 -----	86
Figura 18 - Início da ocupação nos anos 80-----	86
Figura 19- A ocupação em fins dos anos 80-----	87
Figura 20 - A ocupação em fins dos anos 80-----	87
Figura 21- Visita do Governador Leonel Brizola a Ocupação Getúlio Cabral ... -----	87
Figura 22- Inauguração do Memorial no Cemitério de Ricardo de Albuquerque -----	88
Figura 23 - Cerimônia de inauguração do Memorial no Cemitério de Ricardo -----	88
Figura 24- Placa de inauguração do Memorial no Cemitério de Ricardo de Albuquerque ---	89
Figura 25 - Foto do Cemitério de Ricardo de Albuquerque -----	90
Figura 26- Entrevista realizada na Ocupação Getúlio Cabral com Luis Carlos Cabral -----	91
Figura 27- Foto da Ocupação Getúlio Cabral -----	91
Figura 28 - Jornal encontrado na Seção Polícia Política -----	92
Figura 29- Foto da Placa da Rua Getúlio D’ Oliveira Cabral, no bairro de Paciência (RJ) ---	93

Figura 30- Foto do Espaço Museal do Colégio Estadual Guadalajara -----	93
Figura 31- Foto tirada na sede do Museu Vivo do São Bento -----	94

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1.	GETÚLIO CABRAL E AS VERTENTES DA MEMÓRIA	20
1.1	Getúlio: aspectos biográficos	24
2.	GETÚLIO: UM GUERILHEIRO URBANO	35
3.	AS MEMÓRIAS EM DISPUTA	52
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	66
	ANEXOS.....	71

INTRODUÇÃO

Ao iniciar esse trabalho não posso deixar de reportar um pouco da minha trajetória acadêmica, onde tive o despertar de um grande interesse pela pesquisa, caminho que nunca havia percorrido com tanto entusiasmo e dedicação. Onde também deparei com dificuldades nunca pensadas por mim na minha pesquisa, onde fui aos poucos mapeando assim o meu objeto.

Eu terminei a graduação em História pela FEUDUC – Fundação Educacional de Duque de Caxias – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias no ano de 2009, sendo incentivada pelos professores a trabalhar com a História Local e Regional, optando por uma temática voltada para a História da Baixada Fluminense. Ao concluir a graduação resolvi me inscrever nos Grupos de Estudos sobre Baixada Fluminense que o CRPH – Centro de Referência, Patrimonial e Histórico da Cidade de Duque de Caxias e o Museu Vivo do São Bento ofereciam em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. Inicialmente esses grupos de estudo eram realizados pela APPH – CLIO (Associação de Professores e Pesquisadores de História), tendo como foco complementar a formação dos alunos de graduação da FEUDUC e ampliar os conhecimentos científicos no caminho da pesquisa. Com o passar dos anos e o aumento da demanda de trabalho e procura, os cursos passaram a ser ministrados pela equipe do CRPH. Esses grupos de estudos são oferecidos pela equipe do Centro de Referência para professores da rede pública de Duque de Caxias, estudantes, pesquisadores e moradores da cidade. Atendendo assim uma solicitação do Ministério da Cultura que acrescentassem ao currículo História Local e Regional e inserissem a comunidade. O curso é dividido em três módulos: o primeiro engloba o estudo do século XIX até o começo da industrialização de Caxias, o segundo começava da industrialização até mais ou menos a década de sessenta e o último trabalhava com a década de sessenta até a cidade de Duque de Caxias atual. Estes cursos possibilitaram o surgimento de artigos, monografias e teses com a temática que produziu e colocou em destaque a historiografia da Baixada Fluminense, o que possibilitou a criação de duas revistas: a Revista Hidra de Iguassú (produzida pela APPH-CLIO) e a Revista Pilares da História (produzida pelo Instituto Histórico de Duque de Caxias).

O módulo que eu mais me identifiquei foi o terceiro, por trabalhar com uma História do Tempo Presente, já que sempre fui fascinada pela história a partir da década de trinta. Em uma das aulas desse módulo, sobre a temática Ditadura Militar, a professora Marlúcia Santos de Souza apresentou um documentário chamado “Memória para Uso Diário” do Grupo Tortura Nunca Mais /Rio de Janeiro. Este era uma publicação com depoimentos de parentes de militantes assinados no período da ditadura militar e de parentes de crianças, adolescentes assassinados hoje pelas milícias e grupos de extermínio. Achei o mesmo muito interessante mais ao mesmo tempo muito chocante. O que provocou ainda mais o meu interesse pelo assunto.

Na próxima aula do curso, a professora Marlúcia me fez uma solicitação de transcrever um relato em DVD contendo uma entrevista realizada no Instituto Histórico de Duque de Caxias, em maio de 2008. A mesma faz parte do Projeto Café com História que tem como objetivo realizar entrevistas com pessoas que tenham histórias relevantes para contar sobre a cidade de Duque de Caxias. Esse projeto é uma parceria entre o CRPH e a ASAMIH (Associação dos Amigos do Instituto Histórico). Esse Café com História teve como temática as comemorações de quarenta anos do maio de 1968. O recordador em foco se chamava Vitor Hugo de Oliveira, militante da Juventude Comunista na cidade de Duque de Caxias nos anos cinquenta e sessenta, foi preso e torturado durante a Ditadura Militar e mais tarde eu ficaria sabendo que o mesmo é irmão de Getúlio Cabral, um militante do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, morador do bairro de Parada Angélica – Duque de Caxias e que foi morto em 1972 pelos militares.

Ao realizar a transcrição fiquei bastante impactada e ao mesmo tempo indignada com as atrocidades sofridas por Vitor Hugo durante o período da Ditadura. Apesar do entrevistado não apresentar muitos detalhes acerca da vida de seu irmão Getúlio Cabral, fiquei sensibilizada, curiosa e com o desejo de melhor conhecer a história de vida desse militante. Perguntei então a professora Marlúcia se ela conhecia a história de Getúlio de Oliveira Cabral, a mesma me disse que mesmo como moradora e pesquisadora há anos da cidade de Duque de Caxias nunca tinha ouvido falar desse nome até o dia em que foi fazer uma pesquisa no terceiro distrito de Caxias e descobriu uma ocupação em Parada Angélica que tinha o nome de Getúlio Cabral.

A partir do trabalho de transcrição efetivado, aceitei o desafio de assumir esta pesquisa. Sempre digo que eu não fui eu que escolhi o meu objeto de pesquisa e sim ele que me escolheu. Porque afinal de contas, seriam muitas coincidências: ser moradora de Duque de Caxias, pesquisar História da Baixada Fluminense e gostar muito de trabalhar com a

temática de ditadura militar. Iniciei a pesquisa assim com uma cópia da ficha técnica de Getúlio Cabral, presente na obra *“Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos”* – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República que me foi dada pela Marlúcia, a mesma continha apenas dados básicos, como por exemplo, o nome dos pais do militante. Posteriormente, optei pelo trabalho de investigação na Internet e nos Arquivos. No site do Grupo Tortura Nunca Mais encontrei informações valiosas sobre Cabral, entre elas, um breve Dossiê. O site do Centro de Documentação Eremias Delizoicov também disponibilizou informações significativas sobre o pesquisado.

Após as leituras e levantamentos, segui para a investigação nos Arquivos Públicos. Inicialmente me dirigi a Biblioteca Nacional, na sua seção de Periódicos. Pesquisei os seguintes jornais: “Pasquim”, “Fluminense”, “Luta Democrática” de Tenório Cavalcanti, entre outros, no período de 1972 e 1973. A escolha dos referidos anos foi orientada pela informação obtida anteriormente da data da morte de Getúlio Cabral e da existência de um anúncio na imprensa da época. Neste Arquivo não foi possível localizar informações relevantes, assim, optei pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro que fica localizado em Botafogo. Ao chegar ao Arquivo expliquei a pessoa que me atendeu que gostaria de pesquisar sobre Getúlio de Oliveira Cabral. A mesma foi muito gentil e me explicou que nunca tinha ouvido falar sobre esse nome, mais que eu poderia deixar o meu nome e email anotado, que quando o pesquisador tivesse um tempo pesquisaria por esse nome e veria se encontrava algo. Expliquei então ao senhor que compreendia que esses eram os transmisses da instituição, mas que eu morava em Duque de Caxias que ficava bem distante de Botafogo e que havia faltado ao trabalho para vir ao arquivo. O senhor se compadeceu de mim e pediu que mais tarde eu voltasse, pois iria pedir ao pesquisador para verificar se existiam documentos sobre Getúlio. No retorno ao Arquivo tive a grata surpresa de escutar a seguinte frase: Não é que você tinha razão, temos material sobre esse tal de Getúlio. A escolha deste local foi determinada pelo fato do mesmo ser o detentor dos Arquivos do DOPS/RJ (lugar ideal para se achar informações sobre “comunistas”, “terroristas”, “subversivos”, etc.). O mesmo foi de vital importância para a elaboração dessa pesquisa. Encontrei no total trinta pastas e um Prontuário RJ: 24.086 Gaveta: 291 (o qual no primeiro momento não pude ter acesso, pois precisava da autorização da família). As pastas contêm notícias de jornais, alvarás, mandatos de prisão, entre outros documentos sobre Getúlio e militantes do PCBR. Passei aproximadamente uma semana nesse arquivo fazendo levantamento de dados, uma vez que trabalho com documentos da seção Polícia Política, os mesmos não podem ser fotografados e nem xerocados, podendo somente ter suas informações copiadas a mão. Para você tentar cópia dessa documentação é

necessário que você abra um processo no Arquivo e assim uma comissão irá julgar quais documentos podem ser digitalizados, mas se tratando de Polícia Política, com o é meu caso recebi apenas um cd com três documentos.

Esgotada a pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, me dirigi ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Nele não foi possível localizar nenhuma fonte, já que a funcionária que me atendeu disse que o Arquivo não trabalha com documentos relativos à História Recente. Anos depois, esse mesmo arquivo lançaria o projeto “Memórias Reveladas”. Como dizem por aí: tem coisas que são inexplicáveis.

A partir das informações e fontes obtidas nesse primeiro momento sobre Getúlio, iniciei a produção de um texto de sistematização baseado nas seguintes fontes: nos Arquivos do DOPS/RJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), na entrevista de Vitor Hugo, nos documentos do Grupo Tortura Nunca Mais, no livro “*Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*” de Janaína Teles e no “*Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos* – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República”.

Dando prosseguimento a pesquisa, no ano de 2010 fui trabalhar no CRPH como pesquisadora sobre a história de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, iniciei também a Pós Graduação Lato Sensu em História do Rio de Janeiro na UFF, no qual no meu trabalho de conclusão de curso escrevi sobre Getúlio Cabral e como ele nos ajuda a discutir sobre História e Memória e pensar como a cidade e a população de Duque de Caxias foram impactadas com a estrutura do regime militar. No final do ano de 2011, adaptei a minha monografia e fiz assim o meu projeto de pesquisa para tentar a seleção de mestrado na UERJ com o objetivo de pesquisar a trajetória de Getúlio Cabral, a partir do seu nascimento em Minas Gerais a sua chegada à Duque de Caxias. Atravessando o período dos anos 1950 e 1960 revelando a sua militância política em Caxias, na Guanabara e em Salvador até sua morte a ocorrida na Ditadura Militar, em 1972.

Com a aprovação no mestrado, prossegui a minha pesquisa entrevistando os familiares de Getúlio. A primeira entrevista foi realizada no dia vinte e seis de agosto de 2012 na Ocupação Getúlio Cabral, no bairro de Parada Angélica com Luis Carlos Cabral, irmão de Getúlio e presidente da Associação de Moradores da Ocupação. Nesse dia, aproveitei e conheci o território, a área total da Ocupação e Luis Cabral me emprestou algumas fotos de Getúlio para digitalizar. Já a segunda entrevista foi realizada no dia nove de setembro de 2012 na Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento, no bairro São Bento com Luis, Vitor Hugo e Ernesto, irmãos de Getúlio e Adriano, o filho caçula de Cabral. Nessa ocasião, os

familiares me emprestaram alguns documentos para serem digitalizados, entre eles: a foto de casamento de Getúlio e Maria de Lourdes.

Posteriormente as entrevistas, visitei o Cemitério Ricardo de Albuquerque que fica localizado no bairro de Ricardo de Albuquerque – Rio - para conhecer a área onde ficava a cova que Getúlio tinha sido enterrado, o local onde foram encontradas as valas clandestinas com as ossadas. O Grupo Tortura Nunca Mais / Rio de Janeiro e o governo do Estado do Rio de Janeiro construíram um memorial em homenagem a quatorzes militantes, entre estes: encontra-se Getúlio. A cerimônia ocorreu no mês de novembro de 2011 e contou com a presença de muitos familiares desses militantes, inclusive os de Cabral. Além destes, visitei também a Sede do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ que fica localizada em Botafogo, onde fui recebida pelo pesquisador Rafael que era o responsável em cuidar da manutenção do arquivo do grupo. Ele me cedeu sem burocracia nenhuma à cópia de todos os documentos que citavam Getúlio e uma fotografia do mesmo.

No ano de 2012 participei da inauguração de dois espaços de memória em homenagem a Getúlio Cabral. O primeiro foi o Espaço Museal do Colégio Estadual Guadalajara, que fica localizado no bairro Olavo Bilac e o segundo foi o Auditório e Espaço de Formação Getúlio Cabral que fica localizado na sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento, no bairro São Bento.

A problemática principal do meu trabalho é a análise de diferentes versões, visões apresentadas pelos familiares de Getúlio Cabral, pelo Ministério da Marinha e Aeronáutica, pela Anistia Internacional, pelo Jornal O Globo (1972) sobre acontecimentos que permearam a vida e a morte de Getúlio. A dimensão espacial engloba Duque de Caxias, Guanabara e Salvador e o recorte temporal vai de 1950 a 1972.

A pesquisa está embasada principalmente na seguinte documentação: no documentário “Memória para Uso Diário” do Grupo Tortura Nunca Mais/ Rio, na documentação do DOPS – Coleção Polícia Política encontrada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, nos sites do Grupo Tortura Nunca Mais (RJ) e Centro de Documentação Eremias Delizoicov e na entrevista com familiares de Getúlio Cabral.

Cabe ressaltar as dificuldades e a angústia de escolher o arcabouço teórico e a metodologia para trabalhar esse objeto. Pensei primeiramente em trabalhar com os seguintes conceitos: memória, amnésia social, lugares de memória e memórias subterrâneas. Quando fiz a entrevista do mestrado, uma determinada professora me perguntou por que eu não trabalhava com o conceito de biografia. A mesma sugeriu-me trabalhar com esse conceito ao invés do de memória. Fiquei de pensar sobre essa questão. No decorrer do andamento das

minhas disciplinas, cheguei à conclusão de que o conceito de biografia não seria cabível a minha pesquisa, pois o meu objetivo não é fazer uma biografia de Getúlio e sim através do mesmo estudar um pouco de luta armada, do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) – um dos partidos que fizeram a opção de combater a ditadura com a luta armada, dos impactos da ditadura na cidade de Duque de Caxias, entre outros. Ao cursar a disciplina Leituras de História Oral na UFF com o professor Marcos Alvito, o mesmo apresentou-me o conceito de memória dividida trabalhado por Alessandro Portelli na sua obra sobre o Nazismo. Esse conceito pra mim foi um verdadeiro achado, pois encaixou perfeitamente para estudar sobre as diferentes memórias acerca da figura de Getúlio. Depois de muitas leituras, sugestões, disciplinas cursadas cheguei à conclusão de que trabalharia com os conceitos relacionados abaixo.

O trabalho será norteado por conceitos importantes como “Memória” trabalhado por Michael Pollak, Jacques Le Goff e Paul Ricoeur, “Memória Dividida”, de Alessandro Portelli, e “Lugar de Memória” de Pierre Nora, verificando em que medida esses conceitos se relacionam ao meu estudo.

Gostaria de enfatizar a dificuldade de se trabalhar com a memória de militantes, pois para essas pessoas e seus familiares é muito difícil lidar com essas questões e principalmente falar sobre esses traumas, muitos preferem esquecer-se a lembrar. Nesse sentido, eu tive muita sorte, pois os familiares de Getúlio foram muito solícitos, falaram sobre tudo, responderam todas as minhas perguntas e não fizeram nenhuma objeção a concederem o direito de uso e imagem de suas entrevistas para a dissertação.

Quando comecei a pesquisar sobre Getúlio me deparei com a dificuldade de que não havia nada escrito efetivamente na academia ou fora dela, apenas algumas citações a seu nome em publicações como, por exemplo, as do Grupo Tortura Nunca Mais / Rio de Janeiro e do Governo Federal. Então fiquei pensando como vou escrever sobre um tema que nunca ninguém escreveu isso me angustiou bastante. Até que num dia conversando com a Marlucia, a mesma me disse a riqueza do seu trabalho, o seu diferencial é justamente trabalhar com um tema inédito, fazer algo que ninguém pensou ainda em fazer. E hoje vejo como a mesma tinha razão, valeu muito a pena acompanhar, pesquisar e registrar cada passo dessa pesquisa. Eu penso também em poder contribuir com esse trabalho, para que esse campo das memórias dos militantes da periferia tenha maiores desbravamentos, maiores investimentos, sejam pesquisados por muitas outras pessoas que para isso necessariamente não precisem ser moradores locais. Nas regiões de periferias, entre elas: a Baixada Fluminense e mais especificamente Duque de Caxias existem muitos outros personagens como Getúlio esperando

para terem suas memórias retiradas do subterrâneo, do silêncio, da invisibilidade entre eles como, por exemplo, podemos citar o caso de Escobar, que era um militante do PCB, morava na região do bairro Pilar, segundo distrito de Duque de Caxias, uma região recheada de histórias e memórias dos moradores locais e que se encontra desaparecido até hoje.

Como toquei no assunto do campo de memórias militantes da periferia, antes de eu pensar em trabalhar com essa temática outras pessoas antes de mim trabalharam brilhantemente e me servem como referência. Para trabalhar militância em Duque de Caxias nas décadas de cinquenta e sessenta temos primeiramente: José Ricardo Ramalho com a sua obra *Estado Patrão e Luta Operária: O caso FNM* trabalhando o movimento sindical em Caxias através da FNM. Por meio da história social dos operários da Fábrica Nacional de Motores (FNM), o autor desvenda a tragédia dessa experiência, do modelo de empresa estatal, nos anos de 1940, até o conceito produtivista e a privatização nas décadas de 1960 e 1970.

O autor Mario Grynspzan na sua dissertação de mestrado “*Lavradores e Grileiros na Luta Democrática e Mobilização Camponesa e Competição Política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*” que trabalha sobre movimento camponês.

E como obras de memória têm como referência: o livro *Memória Camponesa* de José Pureza que conta a história de José Pureza e de sua esposa Josefa Pureza e do movimento camponês em Xerém. Segundo essa obra, Josefa nasceu em 1924, em Alagoas. Filha de boias-frias viu sua mãe morrer por falta de recursos médicos e seu pai, de doença de Chagas. Órfã, passou ainda pequena a trabalhar em casa de família, em troca de moradia e comida. Em seus depoimentos, ela se considerava uma escrava doméstica. Quando, ainda jovem, conheceu Pureza, residente do Rio de Janeiro, viúvo e com dois filhos, casaram-se e vieram para o Rio de Janeiro.

A dissertação de mestrado intitulada “*Solano Trindade: Raça e Classe, Poesia e Teatro na Trajetória de Um Afro-Brasileiro (1930-1960)*” de Maria do Carmo Gregório que tinha como objetivo trabalhar a história de vida de Solano Trindade”. Esta dissertação apresenta uma interpretação da trajetória de Francisco Solano Trindade dentro do debate das relações raciais brasileiras entre os anos de 1930 e 1960; verificando a relação estabelecida entre a raça e a classe social no seu pensamento; no fazer artístico e na sua prática social; junto ao Partido Comunista do Brasil. A análise foi realizada a partir do exame do registro: dos poemas presentes em três livros editados pelo poeta; do exemplar do espetáculo folclórico elaborado pelo teatrólogo e encenado pelo Teatro Popular Brasileiro; da cobertura jornalística do período; de entrevistas concedidas pelo próprio à imprensa; dos registros do DOPS (Departamento de Ordem Social e Política) e de entrevistas com seus familiares e

contemporâneos. A autora registra a resistência de Solano Trindade ao processo de assimilação física e cultural do negro e a defesa de uma identidade afro-brasileira formulada e institucionalizada no Centro de Cultura Afro-brasileira; registrada e comunicada através de uma linguagem simbólica presente na poesia e no teatro; entendidos como instrumentos de intervenção social.

A tese de doutorado “*Ordem na Casa e Vamos à Luta! Movimento de Mulheres no Rio de Janeiro: 1945-1964. Lydia da Cunha: Uma Militante*” de Elza Derly Veloso Macedo que trabalha com a história de Lydia Cunha e de outras mulheres que participaram do movimento feminista. Ela aponta em sua pesquisa que as militantes do movimento de mulheres não eram em sua maioria comunistas, apesar da presença de muitas delas. Logo, o movimento transitava entre a perspectiva marxista e a liberal. Por meio do estudo da trajetória de Lydia Cunha e de seu arquivo pessoal, cedido pelas filhas, a autora apontou algumas considerações acerca da identidade do movimento feminino. A primeira está relacionada ao perfil das militantes. As mulheres de projeção eram as casadas, havia todo um discurso de valorização da feminilidade, do papel de ordenadora do lar. Para exercer a militância, a casa deveria estar organizada, isto é, crianças arrumadas, alimentadas e na escola; a casa e o marido bem cuidados. A segunda está relacionada ao perfil urbano do movimento. Na fronteira com o movimento urbano, surgiram alguns núcleos rurais, como os de Xerém, a partir da articulação via militância comunista.

E por último com a dissertação de mestrado “*Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. História Política do Município de Duque de Caxias*” de Marlucia Santos de Souza que trabalha com a história política da cidade de Duque de Caxias, escavando o seu passado, indo desde do processo de ocupação colonial até a década de sessenta.

Nesta introdução, apresentamos o tema, discorrendo sobre a sua relevância.

No primeiro capítulo, em *Getúlio Cabral e as vertentes da memória*, trabalhamos com o conceito de memória e analisamos a figura de Getúlio até a sua entrada no Partido Comunista Brasileiro.

O segundo capítulo – *Getúlio: um guerrilheiro urbano* é dedicado a estudar a trajetória de Getúlio no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário até a data da sua morte.

Por último, no terceiro capítulo, *As memórias em disputa*, analisaremos as diversas memórias construídas em torno da figura de Getúlio Cabral e os lugares de memória que foram construídos em sua homenagem.

1. GETÚLIO CABRAL E AS VERTENTES DA MEMÓRIA

Amanhã ou Depois

Meu irmão amanhã ou depois
 A gente se encontra no velho lugar
 Se abraça e fala da vida que foi por aí
 E conta as estrelas na ponta dos dedos
 Pra ver quantas brilham
 E qual se apagou
 Amanhã ou depois meu irmão
 A gente retorna a beira do cais
 E conta os amigos
 Pra ver qual que brilha
 E qual se apagou
 Amanhã ou depois
 Na crença de sempre
 No mesmo saveiro
 De novo a esse mar
 Sem ver tempestades ciclones
 Amanhã ou depois
 Meu irmão
 Meu irmão
 Amanhã ou depois
 Amanhã ou depois

Gonzaguinha

O capítulo um está centrado no conceito de memória e nos aspectos biográficos de Getúlio de Oliveira Cabral, desde sua chegada a Duque de Caxias até o período de militância no Partido Comunista Brasileiro.

A definição da linha de pesquisa é essencial para indicar os ângulos utilizados pelo pesquisador para melhor analisar o seu objeto. Há uma passagem no texto de René Remond que explica uma das fundamentações, uma das escolhas para esta investigação sobre a trajetória de Getúlio Cabral, recorrendo-se ao campo das memórias e seguindo a linha de pesquisa de História Política.

Certamente o poder é o ponto máximo. O poder supremo, aquele que se exerce numa sociedade global, no interior de um território definido por fronteiras, dispondo do poder de coerção, definindo a regra como lei e sancionando as infrações, é o único poder que tem todos esses atributos.

Mas há também a conquista e a contestação desse poder, e a relação do indivíduo com a sociedade global política – de onde o estudo de comportamento das escolhas, das convicções, das lembranças, da memória, da cultura. O político toca a muitas outras coisas. Não é um fato isolado. Ele está evidentemente em relação, também, com os grupos sociais e as tradições de pensamento.¹

Quando se trata de uma relação de poder observamos que se dá de vários aspectos como econômico, religioso, social e político e claro que todos passam pela relação de poder e dominação de uma cultura onde quem detém o “poder” coloca os demais sobre sua submissão.

Utilizaremos de diversas fontes tais como: (orais, escritas, documentais, digitais, entre outras) que para confrontarmos as diferentes interpretações feitas sobre a morte do militante Getúlio Cabral. Como diz Alessandro Portelli, “representação e fatos não existem em esferas isoladas.”²

Não existe memória pura. Toda memória, em qualquer época e lugar, tem a sua formação mediada pela cultura política e social onde os indivíduos estão inseridos, bem como pela própria memória coletiva. O tempo histórico interage com a memória, num processo de reelaboração contínua; o que torna a lembrança e, também o esquecimento um processo dinâmico já que ela é “particularmente instável e maleável”³.

Esta instabilidade nos oferece várias contribuições que quando confrontadas e analisadas podem esclarecer ou problematizar o comportamento dos diversos grupos e atores sociais envolvidos no período da ditadura militar, e qual memória pretende cada grupo afirmar ou reafirmar particularmente entre os anos de 1968 a 1972.

¹ RÉMOND, René. O Retorno do Político. In: CHAUVEAU. A. & TÉTARD. P. (orgs). *Questões para a história do presente*. BAURU: EDUSC, 1992.

² PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, 2006. p.11.

³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/São Paulo. Editora da Unicamp, 1990.

Devemos nos ater no debate das fronteiras e da relação entre o fato e a memória. Para pensar as peculiaridades apresentaremos um exemplo: temos como fato o assassinato de Getúlio Cabral e como memória as lembranças, os sentimentos, a dor, a revolta que a família sentiu no dia que soube de sua morte. Assim, o trabalho investigativo será norteador por algumas contribuições e conceitos, entre eles: o de “Memória” trabalhado por Michael Pollak, Jacques Le Goff e Paul Ricoeur.

Para Pollak, memória é uma operação coletiva dos fatos do passado que se quer salvaguardar. Ela tem como funções essenciais: manter a coesão interna e defender os pontos que um grupo tem em comum. Dessa forma, a referência ao passado “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.⁴

Observamos também que essas instituições e grupos se tornam um lugar de memória de lembranças e de esquecimentos e também um lugar do não dito que por muitas das vezes dizem mais do que os ditos.

A constituição da memória é importante porque está atrelada à construção da identidade. Como assinala Michael Pollak, a memória resiste à alteridade e à mudança e é essencial na percepção de si e dos outros. Ela é resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade.⁵

A família Getúlio Cabral através das suas memórias tem como objetivo resguardar e lembrar um passado que os mantém unidos e fortes. Eles construíram uma identidade para a família: uma identidade acima de tudo de luta. É importante salientar que, assim como a história, a memória é lugar e objeto de estudo nas relações de poder.

Jacques Le Goff afirma que:

tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.⁶

⁴ POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v.2, n.3, 1989.p.9.

⁵ Ver Pollak, 1989 e 1992.

⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/São Paulo. Editora da Unicamp, 1990.

Podemos perceber isso claramente no processo de anistia no Brasil, não só poupou os militares como os recompensou com a liberdade, com o recebimento de valores altos de aposentadorias pagas pelo Estado e com a permanência de alguns no poder mesmo quando a ditadura se findou no período da redemocratização. A institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva foram fundamentais para desresponsabilizar os culpados e impor a amnésia do silêncio final. Não só isso como fortalecer na memória coletiva de alguns grupos e indivíduos que na época da ditadura é que era bom, que havia respeito, que o país progrediu e que ela deveria voltar.

Segundo Paul Ricoeur, a memória permanece, em última instância, a única guardiã de algo que “efetivamente ocorreu no tempo”. Assegurando a continuidade temporal, a memória, fragmentada e pluralizada, se aproxima da história pela sua “ambição de veracidade”.⁷

As memórias são por naturezas diversas e fragmentadas, pois o entrevistado dificilmente se recorda da história, do fato como um todo e devemos lembrar que não existe somente uma memória “verdadeira”, todas são únicas e verídicas. Mesmo que sejam parte de uma memória não deixam de serem memórias.

Para Ricoeur, a memória (individual e coletiva) que é objeto de manipulações frequentes (de ordem política e ideológica), passa assim a integrar o "território do historiador". Inspirando-se em análises psicanalíticas (sobre o "recalque", o "luto") e filosóficas (sobre o tempo, o silêncio, etc.), o historiador do presente desempenha, nesse trabalho de pesquisa da memória, uma função de mediador, à imagem de um analista. Procurando adequar os relatos de memórias individuais à veracidade histórica, ele elabora uma reflexão sobre a própria temporalidade. Em outras palavras, cabe-lhe a tarefa da apreensão da relação do presente da memória (de um acontecimento) e do passado histórico (desse acontecimento), em função da concepção de um futuro desse passado.

Em sua obra-síntese, *Entre Memória e História*, Paul Ricoeur procura enquadrar conceitualmente as relações problemáticas que entrelaçam a história, a memória e a justiça, através de uma interrogação sobre a memória dos testemunhos (esses sobreviventes da grande catástrofe do século XX), em relação à história dos historiadores. As pretensões destes últimos, muitas vezes, se rivalizam com os interesses dos primeiros, sobretudo quando se trata de condenar os "excessos" da memória. Entre o dever de fidelidade e as exigências da verdade

⁷ RICOEUR, Paul. "Entre memória e história". In *Projeto*. Paris: número 248, p.11, 1996.

histórica, o autor defende uma política da "justa memória". Isso implica a ideia imperativa de um "dever de memória" e de uma "dívida" em relação às vítimas da história, sem deixar de renegar à história sua autonomia e sua "função corretiva de verdade".⁸

O século XX é o século da memória. As guerras, os regimes totalitários, os genocídios, as ditaduras, os crimes contra a humanidade e os campos de concentração impuseram uma reflexão sobre a importância da memória, o de lembrar para não se repetir jamais.

Depois do fim da Ditadura Militar mantemos no Brasil, um curioso “estado de faz de contas”, exemplificado pela anistia geral e irrestrita dada a vencidos e vencedores. Mas havia as memórias. Dessa forma, durante esses últimos anos, o país conviveu com duas histórias, a oficial, e as memórias silenciadas e subterrâneas.

Assim, a memória recente do país se consolidava, ao mesmo tempo em que o país vivia o desafio de construir a democracia. Grande desafio para um país que vivera anos sob um regime de exceção e que o vira acabar por meio de um processo lento, gradual.

Dialogar com a historiografia sobre a ditadura brasileira trabalhando com um dos eixos a partir da memória é um grande desafio, pois a historiografia é diversa, apresentando assim diferentes memórias do regime. Para estudarmos esse período, devemos analisar a ambivalência dos pensamentos e sentimentos das pessoas envolvidas nesse contexto. Iremos encontrar discursos que colocam os militantes que fizeram a opção pela luta armada como bandidos, terroristas e subversivos, já outros que colocam os militares como covardes, cruéis e assassinos e ainda aqueles que têm a imagem dos mesmos como heróis nacionais. Para compreender esse período devemos analisar as escolhas ou não escolhas feitas, para tentar compreendemos assim o comportamento dos brasileiros diante da ditadura.

Um dos aspectos centrais dessa pesquisa é a possibilidade de pensar, debater e refletir sobre o comportamento dos diferentes grupos inseridos nesse processo (aparelhos de imprensa, ministérios da Marinha e Aeronáutica, familiares do Getúlio, Anistia Internacional, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ e outros) problematizando, assim as memórias de cada um deles, analisando as suas semelhanças e diferenças, bem como, contribuir para o aprofundamento do conhecimento acerca da organização da ditadura militar no Brasil.

1.1. Getúlio: aspectos biográficos

⁸ Ibidem ao 07.

Getúlio de Oliveira Cabral nasceu em quatro de abril de 1942, em Espera Feliz, no estado de Minas Gerais. Segundo seu irmão Vitor Hugo⁹, a escolha do seu nome foi uma homenagem que sua mãe prestou ao presidente Getúlio Vargas.

Era filho de Manoel Arcanjo de Oliveira e Lindrosina Cabral de Souza. Seu pai trabalhou como professor leigo em obras da Construção Civil e produziu uma máquina fotográfica artesanal, atuando como fotógrafo. Já sua mãe era camponesa e sem letramento.

Quando Getúlio Cabral e sua família vieram para o Rio de Janeiro, eles instalaram-se em Petrópolis. Chegaram à cidade de trem e foram morar no Alto do Quitandinha.

Na década de 1950, a família veio morar em Duque de Caxias. Nesse período, Getúlio tinha apenas sete anos de idade. Residia na Rua Diamantina, atualmente a Avenida Leopoldina. E depois se mudaram para a Rua do Retiro (entre Gramacho, Leopoldina IV e Centenário).

Nesta época Duque de Caxias era uma área estratégica para todo o Rio de Janeiro, pois possuía indústrias como a Fábrica Nacional de Motores, a Refinaria Duque de Caxias¹⁰ e a Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF)¹¹ e vivenciava uma intensa mobilização dos movimentos sociais, em 1968, sob a administração de Moacyr do Carmo¹², Caxias foi considerada Área de Segurança Nacional. Segundo o relato do vice-prefeito, Ruyter Poubel, ele e um grupo de políticos locais chegaram a organizar uma ida a Brasília, para tentar evitar que Caxias entrasse na lista das áreas de segurança nacional. Para ele, o grupo não tinha ainda noção da gravidade da situação e, ingenuamente, acreditou que poderia reverter o processo.

⁹Victor Hugo é professor aposentado da rede pública – Colégio Pedro II. Lecionava Química. Filiou-se a Juventude Comunista Caxiense no ano de 1953, estando apenas com treze anos. Nos anos de 1970 e 1971, pesava apenas cinquenta e sete quilos, sendo torturado por cinco pessoas. Foi enquadrado nos artigos 42, 45 (Lei da Segurança Nacional) e por tentativa de tomada de poder. Mas foi absolvido por falta de provas, já que o processo era forjado. Quando saiu da prisão foi trabalhar no Colégio Pedro II. Mais informações ver: Café com História – Instituto Histórico – Maio de 2008 – Entrevista com Victor Hugo D’ Oliveira Cabral.

¹⁰ A Refinaria de Duque de Caxias - Reduc é hoje a mais completa e complexa refinaria do sistema Petrobras, tendo sido inaugurada, em 1961, com apenas seis unidades, além da casa de força. Localiza-se na Rodovia Washington Luís, km 113,7, no distrito de Campos Elísios (Duque de Caxias).

¹¹ A ALF foi registrada como organização civil. O surgimento dessa associação deu início à organização dos trabalhadores rurais em Xerém e logo se tornaria uma referência para a formação de outras entidades no estado, em especial na Baixada Fluminense.

¹² Moacyr do Carmo nasceu em 1920, no interior do estado. Era filho de agricultor. Com dez anos, foi para Bom Jesus estudar e, depois, para Macaé. Em Niterói, começou a cursar Medicina e foi requisitado no quarto ano para compor o Batalhão de Saúde Expedicionário. Seguiu para a Itália e, depois do fim da guerra, retornou ao Brasil. Em 1947, voltou a estudar. Sem recursos, veio para Caxias e começou a clinicar. Sua extensa clientela alargou a popularidade e o leque de influências. Logo, tornou-se proprietário de um cartório.

Logo depois, foi detido por dez dias. E assim, em 1971, iniciou um longo período de presença dos governos militares na cidade.

Governos eleitos e que governaram no período de ditadura

Prefeito	Mandato
Joaquim Tenório Cavalcanti	1963 a 1967
Moacyr do Carmo e Ruyter Poubel em substituição durante licença médica.	1967 a 1971

Fonte: Câmara Municipal

Interventores Militares e de Transição para a Nova República

Prefeito	Mandato
Francisco Estácio da Silva	Assumiu provisoriamente até a posse do interventor militar
General C. Marciano Medeiros	1971 a 1975
Coronel Renato Moreira da Fonseca	1975 a 1978
Coronel Américo de Barros	1978 a 1982
Hydekel de Freitas	1982 a 1985

Fonte: Câmara Municipal

Segundo José Ricardo Ramalho, a escolha de Caxias para a instalação da FNM se deu por vários fatores. O genro de Getúlio Vargas, Amaral Peixoto, conhecido como “o dono do estado do Rio de Janeiro”, queria dar à região status industrial. Xerém era uma área estratégica, em razão da existência da Estrada de Ferro Rio D’Ouro¹³ e da Estrada Rio-Petrópolis¹⁴, favorecendo, assim, a comunicação e a chegada dos equipamentos necessários à instalação da fábrica, e também por causa de suas condições físicas.

¹³ A Estrada de Ferro Rio D’Ouro foi construída na segunda metade do século XIX, com o objetivo de garantir o transporte de água das reservas da Serra do Tinguá para a cidade do Rio de Janeiro.

¹⁴ Com oito metros de largura de plataforma, a Rio-Petrópolis era inaugurada pelo presidente Washington Luís, em vinte e cinco de agosto de 1928, ao lado de seis ministros e de autoridades regionais.

O terreno situado no nível do mar diminuiria os custos. A existência de água em abundância, de áreas planas para o campo de pouso e de uma extensa área de terras vazias coberta por vegetação facilitava sua transformação em terras da União. Some-se a isso o fato de a área escolhida ser protegida por serras e possuir apenas duas possibilidades de acesso, o que a tornava ideal, pela possibilidade de defesa de uma fábrica militar. Ao mesmo tempo, a proximidade de Caxias com a capital da República facilitava o acesso de técnicos e o escoamento da produção.¹⁵

A militância comunista se caracterizava, sobretudo, pela capacidade de mobilização, de defesa dos interesses de classe ou das lutas específicas, pela produção de um sindicalismo chamado por muitos de “político”. Os comunistas em Caxias haviam adquirido certa visibilidade. “Caxias era um foco de comunistas”, dizia Tenório¹⁶, referindo-se aos anos cinquenta. Segundo Vitor Hugo, na década de sessenta, o partido comunista tinha um espaço, mais não uma casa, em Duque de Caxias, no que seria hoje a Rua Plínio Casado.

Duque de Caxias era conhecida desde os anos quarenta como um subúrbio dormitório. A acelerada expansão demográfica decorria do movimento migratório. Assim sendo, das áreas rurais periféricas, migrantes atraídos pela metrópole carioca, principalmente do Nordeste do Brasil e do interior fluminense, capixaba e mineiro, deixavam seus povoados em direção à cidade em expansão¹⁷. Segundo Stélio Lacerda, o fluxo populacional fluminense chegava aos 123 mil habitantes em 1950.

Buscando oportunidade de trabalho e melhoria de vida, uma grande parte dos recém-chegados instalava-se na periferia do Rio de Janeiro, uma grande parcela em Caxias. Os serviços públicos, contudo, não acompanhavam a expansão urbana e demográfica. A maioria

¹⁵ RAMALHO, J. Ricardo. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

¹⁶ Em 1906, nasceu em Alagoas Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque. Para os mais jovens, o nome talvez não diga muito. Tenório Cavalcanti, como era conhecido, foi um dos mais notórios personagens da política fluminense no período que antecedeu o golpe de 1964. Tema de livros e filmes suscita curiosidade ainda hoje. O que chama a atenção em sua biografia não é somente sua carreira política de vinte e oito anos, iniciada como vereador em Nova Iguaçu (RJ) em 1936 e interrompida como deputado federal em 1964, quando foi cassado. Tampouco o fato de ter sido proprietário da *Luta Democrática*, jornal popular criado em 1954, que ficou famoso por suas manchetes escandalosas, fotos constrangedoras e noticiário policial extenso e detalhado. Sua atuação como advogado em casos criminais rumorosos também não é suficiente para explicar a longevidade de sua fama. O que desperta especial interesse em Tenório é a junção de tudo isso num único personagem. Não bastasse, envolveu-se em episódios violentos, cultivou a fama de valente e portava armas com frequência, entre elas uma metralhadora chamada de “Lurdinha”, que ocultava sob uma capa preta. Daí a alcunha de “o homem da capa preta”.

¹⁷ O caso específico da família de Getúlio Cabral.

da população não dispunha de escolas, hospitais, saneamento, segurança e demais suportes essenciais à qualidade de vida urbana.

Na segunda metade da década de 1950, o comércio de Caxias estava em expansão; havia no município 206 indústrias que empregavam 3,18% de sua população, bem como nove agências bancárias e uma produção agrícola de CR\$ 17.000.000,00.¹⁸ Era o município que possuía a maior arrecadação e a maior taxa de crescimento populacional da Baixada Fluminense. Possuía 61.210 eleitores, sendo o terceiro colégio eleitoral do Estado.¹⁹

O crescimento populacional da cidade foi maior na década de 1960, atingindo aproximadamente 161%. Isso se explica por vários fatores, tais como: incorporação ao aglomerado urbano carioca; abertura da Avenida Brasil, da Rodovia Dutra e Washington Luís nos anos cinquenta, facilitando o acesso ao Rio de Janeiro e a atração de novos investimentos nas margens das rodovias; organização do campesinato fluminense, que, pela mobilização, garantiu a permanência na terra e a atração de outros lavradores para a região; e a atração de trabalhadores para dar conta da construção e do funcionamento de mais duas estatais: a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), iniciada em 1957 e concluída em 1961, e a primeira empresa petroquímica brasileira sob a denominação de FABOR (Fábrica de Borracha), em 1962.²⁰

A maioria das escolas públicas foi instalada em residências ou prédios alugados, as chamadas escolas isoladas, sem a menor infraestrutura. Não havia carteiras suficientes e, em algumas, o matagal atraía a presença de cabras, cavalos e vacas. Os professores eram todos indicados pelos governos municipal e estadual, alargando, assim, a política do clientelismo. A grande maioria do corpo docente possuía apenas o primário ou o ginásial. Somente em 1956, a primeira turma de normalistas da Escola Santo Antônio colou grau. O *Jornal Tópico* afirmava que as professoras com qualificação preferiam lecionar no Distrito Federal, já que lá as condições de trabalho e de salário eram melhores.²¹

¹⁸ Censo de 1950, IBGE. Esse valor em reais seria 19.750.969,75.

¹⁹ Segundo o censo do IBGE, de 1950, havia em Caxias trinta metalúrgicas, sete fábricas de cimento armado, vinte de artefato de madeira, sete de bebidas, dezoito de cerâmicas, quatorze de produtos químicos, sete de torrefação de café, quinze têxteis.

²⁰ O projeto inicial era implantar o Conjunto Petroquímico Presidente Vargas. Entretanto, só foi possível implantar a fábrica de borracha como unidade da REDUC. Atualmente a antiga FABOR é conhecida como Petroflex.

²¹ *Jornal O Grupo*, junho de 1957, p. 5; *Jornal Tópico*, 10 de maio de 1958, p. 3.

Na saúde, a situação era ainda pior. Havia apenas o Posto Médico do Sandu e os consultórios médicos particulares. A única alternativa era o Distrito Federal. A água continuava a ser um grande problema. Havia apenas bicas e carros-pipa.

Para Santos Lemos²², a cidade era constituída de humildes lavradores, criadores, operários e assassinos, em sua grande maioria nordestinos e negros. A cidade crescia graças à iniciativa particular, à falta de fiscalização, à contravenção, à total liberdade do comércio em estabelecer os preços, à sonegação de impostos, ao descumprimento das leis trabalhistas etc. Era uma cidade que ele chamava de “cidade aberta”, onde imperava a corrupção, a prostituição, a maconha, o jogo do bicho, a discriminação racial e a violência policial, as duas últimas expressas nas torturas de presos, na arbitrariedade e no extermínio, principalmente de negros.

Getúlio, assim como seus irmãos, estudou na Escola Municipal Darcy Vargas, localizada no bairro Corte Oito, no município de Duque de Caxias. Vitor Hugo, irmão mais velho de Cabral, lembra em seu depoimento, dos cantos diários do Hino Nacional e do Hino da Bandeira e das aulas ministradas por um padre que ensinava bons costumes.

Por sua vez, Manoel Arcanjo e Lindrosina Cabral, pais de Getúlio, participavam do movimento feminista (tendo como companheira Lydia Cunha²³) e comunista, atuando em uma das Células do Partido, além das organizações de bairro. Entre os doze e treze anos, Getúlio já iniciou sua militância política na União da Juventude Comunista Caxiense, influenciado pela participação de sua mãe, em atividades contra a guerra na Coréia.²⁴ Podia participar da

²² Era jornalista, depois atuou como escrivão de polícia, advogado e, em fins da década de sessenta, delegado de uma cidade interiorana do estado. Ele publicou três obras narrativas de memórias da cidade de Duque de Caxias nos anos cinquenta e sessenta: *Sangue no 311* (1967), *O negro Sabará* (1977) e *Os donos da cidade* (1980). O conjunto de suas obras faz parte de uma série nomeada: “Crimes que Abalaram Caxias”.

²³ Lydia nasceu em Ramos, no Rio de Janeiro em 27 de maio de 1921. Em 1942, Lydia e José Antônio Cunha passaram a viver juntos em Duque de Caxias. Ela chega ao distrito de Caxias ainda no período da ditadura Vargasista (1937-45). Caxias era naquele momento distrito do município de Nova Iguaçu, governado por interventores. Apesar da repressão inúmeras células clandestinas do Partido Comunista foram organizadas no interior de fábricas e bairros. Em 1943, participou discretamente do esforço de organização da Força Expedicionária Brasileira juntamente com seu irmão Mário. Nos anos quarenta, participou da fundação da UFDC- União Feminina Duque de Caxias. Após o golpe de 1964, refugiou-se temporariamente na casa de amigos em Volta Redonda. Até o ano de 1965, ainda resistiu e manteve a sua militância na Federação de Mulheres do Brasil.

²⁴ Na década de 1950, um dos objetivos dos comunistas brasileiros era o de impedir a participação do Brasil na Guerra da Coréia ao lado dos Estados Unidos. O envio de vinte mil soldados brasileiros era uma das requisições que ficaria estabelecida no acordo militar Brasil - Estados Unidos, de 1950. Nesse ano, os comunistas brasileiros patrocinaram a “Campanha Contra o Envio de Soldados Brasileiros para a Coréia”. Tal campanha consistia em passeatas, enterros simbólicos, comícios-relâmpagos, manifestações populares, objetivando pressionar a opinião pública brasileira e, sobretudo, o governo para que o Brasil não enviasse nenhum membro das forças armadas para participar do conflito coreano.

Juventude apenas os filhos dos comunistas e simpatizantes. Seus membros promoviam campanhas e festas para angariar fundos para o partido. Exercia papel de liderança nas lutas comunistas. Ao atingir a maioridade foi recrutado pelo partido.

Ele começou a trabalhar com quatorze anos, consertando máquinas fotográficas e posteriormente atuando como fotógrafo, seguindo assim os passos de seu pai. Incorporou-se ao Centro Pró-Melhoramentos de seu bairro, no município de Duque de Caxias e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos onde participou das lutas de sua categoria profissional. Em 1962, o PCB deu-lhe a tarefa de trabalhar como escriturário e servente do Ministério da Indústria e Comércio na FNM (Fábrica Nacional de Motores) ²⁵ para reforçar a ação político-partidária já existente. Foi demitido da fábrica no final de 1964, por perseguição política, sendo cassado e obrigado a atuar na clandestinidade para sobreviver. Nesse mesmo ano rompeu com o PCB e incorporou-se posteriormente ao PCBR. Casou-se aos vinte e três anos com Maria de Lourdes, com quem teve dois filhos: Alexandre e Adriano Cabral.

A presença significativa de comunistas na FNM vinha ao encontro das orientações do partido em ocupar espaços estratégicos da organização operária e camponesa. Evidentemente, a fábrica era um desses espaços estratégicos, por ser uma estatal, por seu pioneirismo na indústria automobilística brasileira, por estar localizada próximo ao Distrito Federal, o que lhe assegurava visibilidade, e por estar ameaçada pelo capital internacional, principalmente pela presença dos italianos.

Assim, durante os anos 50 até 64, os trabalhadores da FNM construíram uma experiência de organização combativa: delegações em todos os setores da fábrica, enfrentamentos cotidianos, reuniões diárias no Bafo da Onça, onde se discutiam as questões relacionadas à política nacional e internacional e onde se definiam as reivindicações, as ações políticas dentro da fábrica, inclusive as greves.

José Maria Galhasi de Oliveira²⁶ conheceu Getúlio Cabral no ano de 1966 e juntos fizeram parte do processo de fundação do PCBR. Ele comenta que:

²⁵ Ver RICARDO, José Ramalho. *Estado Patrão e Luta Operária: O caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 e *A voz da ANAPAP (Painel do Paim)* – 09/01/2009.

²⁶ Nascido no Méier, zona norte do Rio de Janeiro há oitenta e quatro anos, José Maria é uma figura simbólica do que deve ser um verdadeiro revolucionário e, mais do que isso, um verdadeiro comunista. Mesmo com a idade avançada e com alguns problemas de saúde, mantém uma militância diária, hoje, usando como trincheira o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos — Cebraspo. Incansável, participa de atos públicos, manifestações de rua, panfletagens e debates com a juventude. Esta que ele tem certeza empunhará a sua bandeira vermelha quando der seu último suspiro. Mais informações ver: *Jornal A Nova Democracia* – fevereiro de 2010.

Naquela época, todos os grupos dissidentes discutiam como fazer a resistência armada e aí havia a influência da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa e foram criadas várias organizações que em sua maioria ficou sob a influência cubana.

Vários grupos de esquerda, entre eles, o PCBR, se formaram a partir da cisão do PCB foram influenciados pelos ideais de Ernesto Che Guevara, chegando a ter um intercâmbio de militantes brasileiros para Cuba, fazendo uma espécie de “treinamento de guerrilha”, como tática de preparação para confrontar o estado de ditadura vigente no Brasil.

A linha política do PCB delineada pela “Declaração de março de 1958”²⁷ foi ratificada no V Congresso, realizado em 1960, o que não impediu que um grupo de militantes que criticou fortemente as suas formulações, uma vez expulsos do partido, fundassem em 1962, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil)²⁸. Foi também criticada por setores partidários como responsável pelo imobilismo do partido no momento do golpe. Na visão de seus críticos, o partido se iludira com as propostas da burguesia e, com isso, não se preparou para um eventual movimento golpista.

A maior parte da direção do PCB não soube ser capaz de lidar com a derrota e muito menos fazer uma reflexão de sua atuação antes de 1964. Isso provocou o maior processo de luta interna de sua história, ao final deste o secretário geral, Luís Carlos Prestes, e a maioria da sua direção resolveram manter a antiga linha do partido, perdendo – assim prestígio, influência política e acarretando o processo de cisões por todos os lados, desgaste este pelo qual o partido jamais veio a recuperar-se.

As principais cisões do partido foram orquestradas pelo líder Carlos Marighella²⁹, que criaria a Ação Libertadora Nacional (ALN), e pelo dirigente Mário Alves³⁰, que daria origem

²⁷ A Declaração de março de 1958 veio expressar a linha política defendida pelo novo núcleo dirigente que se instalara a partir de 1957. Ela representou modificações que acompanhariam o partido de forma clara até o golpe militar de 1964, trazendo consequências importantes para o seu futuro político.

²⁸ Fundado em dezoito de fevereiro de 1962, resultante de uma cisão no PCB, tendo à frente Ângelo Arroyo, Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabóis, Orlando Pioto e Pedro Pomar, quando o governo (Khrushchov) da então URSS denunciou o “culto à personalidade” de Stalin em 1956. Dez anos depois, em seu VI Congresso, o PCdoB aderiu oficialmente à linha maoísta da Guerra Popular Prolongada, priorizando o campo, quando deslocou seus principais quadros para a Guerrilha do Araguaia (1969 a 1974). Em 1961, a corrente reformista realiza uma Conferência Nacional Extraordinária aprovando um novo Programa e Estatuto e adotando o nome de Partido Comunista Brasileiro, mantém a sigla PCB, até então usada popularmente, tais mudanças são publicada no Seminário Novos Rumos de onze de agosto de 1961. Uma vez que o nome era Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC).

²⁹ Carlos Marighella (Salvador, cinco de dezembro de 1911 – São Paulo, quatro de novembro de 1969) foi um político, guerrilheiro, e poeta brasileiro, um dos principais organizadores da resistência contra o regime militar a partir de 1964. Chegou a ser considerado o inimigo “número um” no regime militar.

ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Assim, ALN e PCBR tiraram militantes do PCB em todo o país, embora a ALN tivesse mais força em São Paulo e o PCBR na Guanabara.

O ano de 1962 tornou-se um ano significativo: candidatura de Tenório ao governo do estado, com o apoio de partidos de esquerda; greve geral em defesa de um ministério trabalhista e do plebiscito que definisse a continuidade ou descontinuidade do parlamentarismo; ampliação das experiências de unificação das organizações operárias; crescimento da luta contra a sonegação de alimentos no mercado e pelo controle dos preços; afirmação do movimento camponês e de suas organizações regionais e nacionais; fortalecimento do movimento estudantil e feminista e outros.

Por outro lado, é justamente nesse ano que as tensões chegaram a seu limite em Caxias. O saque de 1962, expressão de desordem para muitos, levou os comerciantes locais a ampliarem sua capacidade de organização na defesa de suas propriedades, criando uma milícia particular. E ainda puderam contar com a contribuição do governo do estado, que instalou no município um Batalhão da Polícia Militar. Os mais organizados ainda obtiveram indenizações que aceleraram a recuperação e a ampliação de seus respectivos empreendimentos.

No dia da greve geral – cinco de julho, Caxias e outros municípios da Baixada Fluminense tornaram-se manchetes dos principais jornais e revistas da época, como a *Luta Democrática*, o *Jornal do Brasil* e *Fatos e Fotos*. Devido à greve, cerca de vinte mil pessoas, aglomeradas na Praça do Pacificador esperavam por transporte para chegar ao trabalho. Como não havia condução, a situação foi ficando tensa. A notícia da existência de feijão escondido em lojas próximas dali provocou agitações e saques. A revista *Fatos e Fotos* chamou o saque de: “Motim da Fome” e comparou a Baixada com a Argélia, “onde o terrorismo foi substituído pela pilhagem da fome”.

O saque iniciado em Caxias se espalhou pela Baixada. Cerca de quarenta e duas pessoas morreram, setecentas ficaram feridas e dois mil estabelecimentos comerciais foram atingidos, entre esses: o Mercado da Banha e a Fábrica de Açúcar da União.³¹ Segundo a *Luta*

³⁰ Mário Alves de Souza Vieira (Sento Sé, quatorze de junho de 1923 — Rio de Janeiro, dezessete de janeiro de 1970) foi um político brasileiro, um dos fundadores do PCBR. Morto nas dependências do quartel da Polícia do Exército no Rio de Janeiro no início de 1970, durante a ditadura militar brasileira, é dado hoje como “desaparecido político”.

³¹ TORRES, Rogério e MENEZES, Newton. *Sonegação, fome, saque*. Rio de Janeiro: Consórcio de Administração de Edições, 1987, p. 8.

Democrática de sete de julho, só em Caxias havia seiscentos e setenta e cinco feridos, oitocentas prisões e um prejuízo de dois milhões e meio de cruzeiros.

Apesar do confronto de posições, sindicalistas e comerciantes concordam em um aspecto. O saque não foi provocado apenas pela aglutinação de pessoas na praça e pela sonegação, mas principalmente pela miséria vivida pelos trabalhadores caxienses.

O lugar, que muitos desejavam ser o da ordem e do trabalho, sofreu ainda o impacto do golpe militar de 1964. A impossibilidade de manter a hegemonia e de estabelecer o consentimento levou as diferentes frações da classe dominante no país a escolherem o caminho da coerção, da ditadura. Analisando as intervenções militares em Duque de Caxias, poderemos compreender o desmonte das organizações dos trabalhadores e até de algumas organizações da sociedade civil consideradas conservadoras.

Ao analisarmos a ação repressora dos militares e os impactos produzidos em Duque de Caxias, fica clara a força do desmonte nas organizações dos trabalhadores. Quando a notícia do golpe chegou aos operários da FNM, eles pararam a fábrica e, na madrugada, as tropas militares a ocuparam. Fugas, prisões e desaparecimentos provocaram em alguns Círculos Operários³², como o de Xerém, a desaprovação da ação militar.

Os trabalhadores ainda tentaram impedir o ingresso dos militares na FNM, mas a situação ficou insustentável. Novas prisões e a ocupação das vilas e de residências foram efetuadas. A delegacia da FNM estava abarrotada de operários presos, sendo muitos transferidos posteriormente para o DOPS. Na fábrica, os militares reuniam os operários no pátio com as mãos para cima. Muitos não resistiram e desmaiaram. O sindicato sofreu intervenção, desmontando, assim, a organização operária.³³

Os militares retiraram os trilhos da Estrada de Ferro Rio D'Ouro, para isolar Xerém e impedir que os lavradores se rearticulassem em seus movimentos. A repressão militar atingiu toda a cidade. Segundo Stélio Lacerda, situações de extrema violência foram cometidas pelo Batalhão da Polícia Militar pós-64: arrastão no centro de Caxias para prender prostitutas, malandros, bêbados, “desocupados e suspeitos”; invasão do restaurante Mira Serra, situado próximo à Praça Roberto Silveira, onde políticos, jornalistas, funcionários públicos,

³² Os círculos operários têm suas origens no movimento leigo iniciado no Brasil dos anos vinte. Preocupados com as discussões dos problemas sociais, com a formação para o trabalho e a melhoria das condições de vida e de trabalho, os leigos iniciaram um movimento nos anos trinta, a partir de grupos como a Associação de Universitários Católicos, a Ação Católica Brasileira, a Liga Eleitoral Brasileira e o Movimento Operário Católico. Desse último grupo, surgiram os círculos e, posteriormente, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos (CBTC).

³³ RAMALHO, 1987, pp. 195-201.

empresários e lideranças comunitárias se reuniam; e invasão do Cinema Santa Rosa, no meio de uma sessão das três horas, com a prisão dos que não puderam comprovar ocupação.³⁴

A REDUC também foi ocupada: lideranças sindicais foram presas e alguns funcionários excluídos do quadro da empresa. O movimento de mulheres também foi interrompido.

Ainda durante o período militar, foi instalado o Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho, nas margens da Baía de Guanabara, em cima dos manguezais, à revelia da consulta à população, assim como foi assinado um acordo que garantiu à Funerária de Duque de Caxias o monopólio funerário por trinta anos. Logo, os valores de sepultamentos tornaram-se elevadíssimos.

³⁴ LACERDA, 2001, pp. 107-108.

2. GETÚLIO CABRAL: UM GUERRILHEIRO URBANO

“Não é somente o futuro e o presente que permanecem abertos, mas também o passado. O que quer dizer principalmente isto: a variante histórica que triunfou não era a única possível”.

(Walter Benjamin)

Neste capítulo, iremos apresentar um pouco da história do PCBR, passando pela trajetória de Getúlio no partido e chegando até a data da sua morte.

A exceção de alguns membros do Comitê Central do PCB e de algumas menores esferas dentro do partido, a esquerda considerou como fato provado a falência do caminho pacífico. E fez a opção pelo caminho da luta armada. Analisaremos algumas matrizes intelectuais da luta armada.

O foquismo era a teoria oficial da Revolução Cubana. A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através dos escritos de Ernesto Che Guevara³⁵, principalmente com o seu livro *A guerra de guerrilha*, publicado no Brasil em 1961. Che defende que a experiência cubana poderia ser expandida para a América Latina: a revolução se daria a partir do campo e através de um foco guerrilheiro. E de Régis Debray (*Revolução na Revolução*), publicado em 1967, acentua as críticas aos partidos comunistas e a luta praticada na cidade. Para esse autor, as cidades eram o “túmulo da revolução” e os partidos comunistas representavam uma traição aos ideais revolucionários. Nesse caminho, a guerrilha rural

³⁵ Ernesto Guevara de la Serna, conhecido como "Che" Guevara (Rosário, 14 de junho de 1928 — La Higuera, 9 de outubro de 1967), foi um político, jornalista, escritor e médico argentino-cubano. Guevara foi um dos ideólogos e comandantes que lideraram a Revolução Cubana (1953-1959) que levou a um novo regime político em Cuba. Ele participou desde então, até 1965, da reorganização do Estado cubano, desempenhando vários altos cargos da sua administração e de seu governo, principalmente na área econômica, como presidente do Banco Nacional e como Ministro da Indústria, e também na área diplomática, encarregado de várias missões internacionais. Convencido da necessidade de estender a luta armada revolucionária a todo o Terceiro Mundo, Che Guevara impulsionou a instalação de grupos guerrilheiros em vários países da América Latina. Entre 1965 e 1967, lutou no Congo e na Bolívia, onde foi capturado e assassinado de maneira clandestina e sumária pelo exército boliviano, em colaboração com a CIA, em nove de outubro de 1967. A sua figura desperta grandes paixões, a favor e contra, na opinião pública, e converteu-se em um símbolo de importância mundial. Foi considerado pela revista norte-americana *Time* uma das cem personalidades mais importantes do século XX. Para muitos dos seus partidários, representa a rebeldia, a luta contra a injustiça social e o espírito incorruptível. Em contrapartida, muitos dos seus detratores o consideram como um criminoso, responsável por assassinatos em massa, e acusam-no de má gestão como ministro da Indústria.

assumiria o papel da vanguarda na América Latina.

Ao mesmo tempo em que o PCBR critica formalmente o foquismo, se deixa levar pela sua principal ideia: a crença na possibilidade de se fazer a revolução a partir de um pequeno número de militantes. O ponto que separaria um do outro seria a relação entre guerrilha e movimento de massa. Para o PCBR deveria haver uma ação conjunta entre as lutas armadas e massas na cidade e no campo, enquanto no foquismo a luta armada satisfaria a si mesma.

O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos. Guevara dizia que a revolução latino-americana seria continental, passando por cima de diferenças nacionais, e diretamente socialistas.

Os grupos trotskistas ortodoxos rejeitaram o foquismo e a estratégia chinesa da guerra popular. Sob o enfoque da revolução permanente, continuaram a se inspirar no modelo soviético, seja no aspecto tático, seja no objetivo estratégico da ditadura do proletariado. Eles defendiam o caminho armado para a conquista do poder, porém recusaram o terrorismo e a luta armada isolada das massas.

O PCBR teve sua origem nos debates que acometeram o PCB entre 1966 e 1967, relativos à avaliação do golpe de 1964 e à nova linha política a ser traçada. Diante das punições e intervenções aplicadas pelo Comitê Central do PCB em setembro de 1967, articulou-se uma reunião nacional da Corrente Revolucionária para outubro. Desta reunião saiu o núcleo de fundadores do PCBR, dirigentes como: Jacob Gorender³⁶, Mário Alves e Apolonio de Carvalho³⁷.

Em meados de abril de 1968, reuniu-se a assembleia fundadora do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Presentes estavam cerca de vinte e cinco pessoas, entre ex-membros do Comitê Central do PCB e delegados de bases partidárias de vários Estados.

³⁶ Jacob Gorender (Salvador, 20 de janeiro de 1923 — São Paulo, 11 de junho de 2013) foi um dos mais importantes historiadores marxistas brasileiros. Jovem, lutou na Segunda Guerra Mundial, na Itália, como integrante da Força Expedicionária Brasileira. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do qual saiu nos anos 60, para participar da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Foi preso, no período do Regime Militar.

³⁷ Na década de 1960, participou da oposição popular ao regime militar. Logo após o golpe, Apolônio passa a viver em profunda clandestinidade no estado do Rio de Janeiro, longe da família. Em consequência das divergências com o Comitê Central do Partido Comunista (do qual era membro) Apolônio e a Corrente Revolucionária do Estado do Rio de Janeiro deixam o PCB, em 1967. Em abril do ano seguinte, juntamente com Mário Alves, Jacob Gorender e outros dissidentes, Apolônio fundará o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

O PCBR se afastou de Marighella por este ter abraçado a ideia de abandono da estrutura típica dos partidos comunistas, influenciado pela experiência cubana e em relação às Dissidências porque era incombinável a defesa que estas faziam do caráter socialista da revolução, abandonando assim a ideia de revolução por etapas.

O partido veio a ser uma das organizações que mais debateram no esforço de entrelaçar a tradição doutrinária marxista à pressão pela luta armada imediata. O seu programa partiu da caracterização do Brasil como país capitalista dependente, subordinado ao sistema imperialista mundial. Aliada aos latifundiários e associada ao capital estrangeiro, a burguesia nacional era carente de qualquer potencial revolucionário. A contradição entre a classe dominante burguesa e o proletariado tinha peso fundamental. Nestas condições, a revolução não podia ser democrático-burguesa. Devia ser uma revolução popular, destinada a destruir o Estado burguês e a conquistar um governo popular revolucionário. A revolução popular era concebida como a maior aproximação possível à revolução socialista.

Quanto ao movimento revolucionário internacional, o PCBR adotou uma posição de independência e de solidariedade a todos os países socialistas. A recusa do foquismo e do maoísmo não se opôs a relação de interesses com as revoluções de Cuba e da China. De igual maneira, a crítica ao pacifismo dos partidos comunistas pró-soviéticos não se traduziu em antissovietismo.

O PCBR na sua linha política de abril de 1968 declarava que o “o objetivo fundamental da revolução brasileira é destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um governo popular revolucionário...”. O mesmo já colocava que a “Revolução Popular” teria que, no mesmo processo, “seguir o caminho socialista de desenvolvimento e converter-se em Revolução Socialista.” Entretanto, vê-se que o PCBR tampouco se identificava com as propostas de revolução socialista sem mediações, buscando inicialmente um “governo popular” que desse “condições para a passagem às transformações socialistas”.³⁸ Um meio termo entre revolução por etapas e socialismo.

“A tomada do poder pelas forças revolucionárias e a destruição do aparelho de Estado burguês-latifundiário só podem ser realizadas através da luta armada. Em vista do emprego sistemático da violência pela minoria dominante e da agressividade do imperialismo ianque na América Latina, a vitória da revolução popular não pode ser conquistada por meio de uma revolução pacífica, da via eleitoral ou do jogo político convencional. Sempre que o povo brasileiro utiliza as

³⁸ REIS FILHO; SÁ, 1985, p.164 e 165.

liberdades constitucionais em sua luta e ameaça os privilégios das classes dominantes, ocorre um golpe militar que implanta uma ditadura reacionária, suprime os direitos democráticos e impede a manifestação da vontade popular por meios legais ou pacíficos. A “democracia representativa” não passa, pois, de uma farsa, que serve para mascarar o regime reacionário e o jugo imperialista.”³⁹

O documento do PCBR de 1968 é bem claro ao afirmar que a única forma de combater a ditadura é através da luta armada, já que com os militares não é possível uma negociação de forma pacífica e democrática.

Os grupos armados urbanos basicamente polarizavam as suas posições quanto à necessidade ou não da estruturação de um partido nos moldes marxistas-leninistas clássicos para fazer a revolução, partindo da guerra de guerrilhas no campo e das ações armadas nas cidades.

Dentre os defensores dessa posição, estavam o PCBR, a ALA (Ala vermelha do Partido Comunista do Brasil)⁴⁰, o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores)⁴¹ e o POC (Partido Operário Comunista)⁴². Na perspectiva desses grupos, com diferentes nuances, caberia ao Partido coordenar a guerrilha rural com a luta armada urbana, dirigindo assim o processo revolucionário.

Acreditamos não ter sido uma tarefa suave coordenar ações, pensamentos e propostas “diferentes” e defender posições extremamente particulares entre o rural e o urbano, embora a fundamentação e a proposta fossem à tomada do poder pelos revolucionários reafirmando como já escrevemos a opção marxista pela luta.

O PCBR afirmava que não seria possível esperar uma situação revolucionária em todo o país para começá-la, na medida em que havia uma grande diversidade cultural, geográfica e econômica que tornava praticamente impossível essa união. Assim, a guerra revolucionária deveria ser iniciada nas regiões onde houvesse condições favoráveis e depois seria estendida

³⁹ Trecho do documento do PCBR “Linha política”, de abril de 1968, que enfatiza a luta armada como caminho imprescindível na luta contra a ditadura. Ver: SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

⁴⁰ Organização resultante de uma cisão do PCdoB em junho de 1966. Mais informações ver: SORIANO, Francisco. *A grande partida: Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.

⁴¹ Criado em 1968, a partir de uma dissidência da AP. Tinha como principais militantes o padre Alípio Cristiano de Freitas e o camponês goiano José Porfírio de Souza. Foi desestruturado em 1971 pela repressão. Mais informações ver: SORIANO, Francisco. *A grande partida: Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.

⁴² Surgiu em 1968 da dissidência da POLOP e do PCB no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Mais informações ver: SORIANO, Francisco. *A grande partida: Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.

ao restante do país, acreditavam em um efeito dominó.

No final de 1968, Mário Alves, no cargo de secretário geral do PCBR, viajou para Cuba. Conseguiu dos dirigentes cubanos o reconhecimento do partido e o treinamento guerrilheiro dos seus militantes, mas estes precisariam ser encaminhados por intermédio da ALN. O ano de 1968 marcou o auge das lutas de massas antes do fechamento completo da ditadura militar. O PCBR teve participação destacada nessas lutas de massas.

No início de 1969 foram basicamente manifestações de propagandas políticas contra o regime, no final do ano tiveram início os “assaltos” a bancos. Os militantes do Nordeste iniciaram essas ações, seguidos pelo Rio de Janeiro.

Para Gorender, o início da submersão na luta armada partiu do Comitê Regional de Pernambuco, no qual o mesmo em maio de 1969 “roubou” de dois funcionários do Banco da Lavoura uma valise com um depósito da Companhia Souza Cruz. Esse fato mereceu publicidade por ter sido a inauguração desse tipo de ações no Nordeste. Depois dessa, surgiram muitas outras ações por todos os estados do Nordeste, entre eles: Pernambuco.

Gorender, afirma que as iniciativas autônomas dos militantes do Nordeste acenderam na militância do PCBR da Guanabara e do Estado do Rio sentimentos de frustração pela inatividade e de insatisfação com a direção nacional. Após o desmantelamento do MAR (Movimento de Ação Revolucionária) ⁴³, um pequeno núcleo de subalternos das Forças Armadas ingressou no partido. A presença desses ex-militares só fez aumentar a pressão pela luta armada imediata. Sendo assim, a dezessete de dezembro de 1969, o grupo de fogo do PCBR assaltou a agência do Banco Sotomaior, no bairro carioca da Penha.

De sua entrada na dinâmica das ações militares até o seu desaparecimento, o PCBR se debateu com o dilema da relação entre o partido, o movimento de massas e a luta guerrilheira. O que dificultava a organização e as decisões, pois era um movimento que não havia homogeneidade nas ações, tornando assim uma luta complexa.

Getúlio foi dirigente regional do PCB (Partido Comunista Brasileiro) ⁴⁴ e dirigente

⁴³ Estruturado em 1969 por remanescentes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). Mais informações ver: SORIANO, Francisco. *A grande partida: Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.

⁴⁴ Fundado em março de 1922 em Niterói, Rio de Janeiro, sob impacto do sucesso da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia. Desde seus primeiros passos esteve vinculado às concepções da Internacional Comunista (3ª Internacional), fundada por Lênin em 1919. Seu surgimento marcou o momento de declínio, no movimento operário nascente no país, da influência do anarquismo, que até então ocupava lugar de destaque na direção das primeiras lutas. Com o surgimento do PCB vai crescer gradual e permanentemente o prestígio do Marxismo no movimento operário e sindical, que seguiria progredindo nas décadas seguintes. Ver: *Direito à Verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

nacional do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).⁴⁵ Era chefe do Grupo de Fogo⁴⁶, na Guanabara⁴⁷, também chamado de Esquadra Militar. Este foi o último grupo de guerrilha urbana no Rio de Janeiro.

De acordo com a documentação do DOPS/RJ (Departamento de Ordem Política e Social), Getúlio participou como representante do PCBR, na ação da Frente Terrorista (ALN)⁴⁸, VAR (VAR- Palmares)⁴⁹ e VPR (Vanguarda Popular Revolucionária)⁵⁰ na ação que teria assassinado no Rio o marinheiro inglês David A. Cuthberg em cinco de fevereiro de 1972, que

⁴⁵ A gênese do PCBR remonta a 1964 quando Mário Alves, jornalista e intelectual de forte prestígio na Executiva do PCB, apresentou um plano de balanço dos acontecimentos que desembocaram no Golpe Militar, com uma ótica oposta à que era utilizada pelos que se agruparam em torno de Prestes. Mário Alves era acompanhado de nomes como o do legendário dirigente comunista Apolônio de Carvalho, ex-combatente da Guerra Civil Espanhola e herói da Resistência Francesa, Jacob Gorender, principal economista da direção do PCB e Jover Telles, ex-deputado estadual no Rio de Janeiro, ligado ao movimento operário. Mais informações ver: *Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁴⁶ “O grupo de fogo é o instrumento de ação organizada. Com ele, as operações da guerrilha e as táticas são planejadas, lançadas e executadas com êxito. O comando geral conta com o grupo de fogo para realizar seus objetivos de natureza estratégica e para fazê-lo em qualquer parte do país. Por sua parte, ajuda aos grupos de fogo com suas dificuldades e necessidades. A organização é uma rede indestrutível de grupos de fogo e de coordenações entre eles, que funciona simples e praticamente com o comando geral e que também participam nos ataques; e organização que existe com o único propósito, simples e puro, de ação revolucionária.” Mais informações ver: *Carlos Marighella: Mini – Manual do Guerrilheiro Urbano* – Capítulo 06.

⁴⁷ Antigo estado, constituído no território da cidade do Rio de Janeiro e criado quando da mudança da capital do país (Distrito Federal) para Brasília. Com a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1975, durante o governo Geisel, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital do atual estado do Rio de Janeiro em substituição a Niterói.

⁴⁸ A Ação Libertadora Nacional foi a organização de maior expressão e contingente entre os grupos que deflagraram ações de guerrilha urbana no período 1968/1973. Nasceu como cisão do PCB entre 1967 e 1968 e sua história está indissolúvelmente ligada ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB e possivelmente a liderança de maior carisma naquele partido fora Luís Carlos Prestes. A cisão que deu origem a ALN pode ser narrada pela própria trajetória de Marighella. Logo após o golpe de 1964, esse dirigente comunista foi preso no Rio de Janeiro e baleado quando tentava resistir à prisão, mesmo desarmado. Mais informações ver: *Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁴⁹ A Vanguarda Armada Revolucionária Palmares nasceu em junho/julho de 1969, como fusão da VPR e do Colina, incorporando também um Grupo do Rio Grande do Sul intitulado União Operária. Seu nome inspirou-se na heroica epopeia de Palmares, região entre Alagoas e Pernambuco onde os negros fugidos do cativeiro organizaram um Estado independente, no século XVII, resistindo durante cem anos às sucessivas campanhas militares de cerco e aniquilamento, executadas pelas forças escravistas através dos Bandeirantes. Mais informações ver: *Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁵⁰ Nem todos os grupos de esquerda participantes da fase da guerrilha urbana tiveram sua origem em cisões do PCB. A VPR nasce como um grupo praticamente paulista, resultante da fusão entre uma ala esquerda da POLOP, que rompeu com o partido após o 4º Congresso, de setembro de 1967, e setores remanescentes do projeto de criação do MNR, definitivamente falido após o fracasso da Guerrilha de Caparaó.

estava no Brasil para os festejos do sesquicentenário da Independência.

O Jornal O Globo na época (1972) manifestou-se da seguinte maneira sobre o assassinato do marinheiro inglês David Cuthberg:

Tinha dezenove anos o marinheiro inglês David A. Cuthberg que, na madrugada de sábado, tomou um táxi com um companheiro para conhecer o Rio, nos seus aspectos mais alegres. Ele aqui chegara com o amigo, a bordo da flotilha que nos visita para comemorar os 150 anos de Independência do Brasil. Uma rajada de metralhadora tirou-lhe a vida, no táxi que se encontrava. Não teve tempo para perceber o que ocorria e, se percebesse, com certeza não poderia compreender. Um terrorista, de dentro de outro carro, apontara friamente a metralhadora antes de desenhar nas suas costas o fatal risco de balas, para, logo em seguida, completar a infâmia, despejando sobre o corpo, ainda palpitante, panfletos em que se mencionava a palavra liberdade. Com esse crime repulsivo, o terror quis apenas alcançar repercussão fora de nossas fronteiras para suas atividades, procurando dar-lhe significação de atentado político contra jovem inocente, em troca da publicação da notícia num jornal inglês. O terrorismo cumpre, no Brasil, com crimes como esse, o destino inevitável dos movimentos a que faltam motivação real e consentimento de qualquer parcela da opinião pública: o de não ultrapassar os limites do simples banditismo, com que se exprime o alto grau de degeneração dessas reduzidas maltas de assassinos gratuitos. Liberado da faina do navio H.M.S. Triumph, o marinheiro inglês David A. Cuthberg, de 19 anos, acompanhado de seu colega Paul Stoud, tomou, na Praça Mauá, o táxi dirigido por Antonio Melo, que os levaria para conhecer a mundialmente famosa praia de Copacabana. Eles não sabiam que, desde a chegada à praça, estavam sendo observados por oito terroristas, dissimulados dentro de dois carros. Na esquina da Avenida Rio Branco com Visconde de Inhaúma, à porta do Hotel São Francisco, um dos veículos emparelhou com o táxi e David foi atingido por uma rajada de metralhadora, disparada por Flávio Augusto Neves Leão de Salles (ALN, “Rogério” ou “Bilico”). Imediatamente, Lígia Maria Salgado da Nóbrega⁵¹ jogou para dentro do táxi panfletos que falavam em vingança contra os ingleses por terem massacrado os irlandeses do norte.⁵² “O “Comando da Frente”

⁵¹ Nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, mas viveu desde criança em São Paulo. Tinha estudado no Colégio Estadual Fernão Dias Pais, no bairro de Pinheiros, onde fez o Curso Normal. Em 1967, ingressou na Pedagogia da USP, onde se destacou por sua capacidade intelectual, pela liderança no Grêmio da Pedagogia e por buscar modernizar métodos de ensino. Trabalhava também como professora. Em 1970, engajou-se nas atividades clandestinas da VAR-Palmares. Os órgãos de segurança a indicavam como participante da execução de um marinheiro inglês, David Culthberg, em 05 de fevereiro de 1972, numa ação que pretendia simbolizar a solidariedade dos Revolucionários Brasileiros com a luta do povo irlandês e com o IRA. Foi morta aos vinte e quatro anos, quando estava grávida de dois meses. Ver: *Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁵² O recente acordo celebrado na Irlanda do Norte pretende por fim a séculos de dominação inglesa e a décadas de terrorismo de guerrilheiros separatistas e de paramilitares protestantes. Nas últimas décadas, as ações terroristas do IRA (Exército Republicano Irlandês), organização "católica", e da Força de Voluntários do Ulster, força paramilitar "protestante" foram responsáveis por dezenas de mortes e representaram o problema externo mais grave enfrentado pelos governantes da Inglaterra. Em 1829, um movimento nacionalista e popular conquistou alguns direitos políticos e civis para os católicos, que poderiam ocupar a maior parte dos cargos públicos, apesar da manutenção do voto censitário.

acabou com o sonho de David em conhecer Copacabana, “justificando plenamente” seu ato pela solidariedade à luta do IRA⁵³ contra os ingleses.

O escritor Fernando Soares Campo publicou um artigo em “La Insígnia” em dezembro de 2005 afirmando que não acreditava na versão oficial dada ao assassinato do marinheiro inglês. Para ele seria impossível que oito “subversivos” procurados pela repressão fizessem plantão em plena Praça Mauá “dissimulados dentro de dois carros” e ainda, realizassem um ato terrorista a mais ou menos cem quilômetros dali. Visto que nesta área funcionava a mais temida delegacia de polícia do Rio de Janeiro e instalações da Marinha de Guerra. O escritor conclui então que não teria porque esses “terroristas” se exporem num lugar tão visado e vigiado, quando se quisessem poderiam ter achado os militares ingleses em lugares muito mais fáceis, como, por exemplo, na Zona Sul.

Analisando o ano de 1972, um dos períodos mais duros da Ditadura Militar, no qual o país e a imprensa estiveram censurados sobre medidas do AI-5⁵⁴, não tendo garantida assim a liberdade de expressão. Logo, o Jornal O Globo ao informar a notícia do assassinato do marinheiro inglês é completamente favorável à versão dos fatos contada pelos militares, já que o mesmo gozava de prestígio e colaborava com o governo. Gostaria de esclarecer alguns pontos que a meu ver na reportagem estão obscuros: o jornal trata “essas pessoas” como “terroristas”, não explicando que elas estão lutando pela liberdade; que se vivia num país sem democracia. Nomeando-os com o título de “assassinos gratuitos”, quando os mesmos eram guerrilheiros em defesa do ideal de seu partido; valendo-se de uma máxima mais que verdadeira em tempos de guerra quando não se mata, morre-se.

A tendência era “profissionalizar” os quadros dos grupos de esquerda armada, que sustentariam os militantes com recursos obtidos, geralmente, através da execução de “assaltos” a agências bancárias e de outras ações armadas do gênero.

⁵³ Fundado em 1919, o IRA (Irish Republican Army) passou a utilizar-se da guerrilha como forma de eliminar o domínio inglês e obter a independência da Irlanda, e posteriormente, pretendendo a unificação da Irlanda do Norte ao restante do país. Nas últimas três décadas as ações do IRA e dos grupos paramilitares “protestantes” intensificaram suas ações e foi responsável por vários atentados na Irlanda do Norte, principalmente na capital, Belfast. Em 2001, nem o IRA nem os unionistas entregaram suas armas às autoridades. Essa situação, somada a atos de violência mais ou menos endêmicos, tornam incerto o futuro da Irlanda do Norte.

⁵⁴ Foi decretado pelo presidente Artur da Costa e Silva, em treze de dezembro de 1968. Foi o mais abrangente e autoritário de todos os atos institucionais, fortalecendo a chamada linha dura do regime instituído pelo golpe militar de 1964. A primeira e maior consequência de sua implantação foi o fechamento do Congresso Nacional, por quase um ano.

Segundo a documentação do DOPS/ RJ⁵⁵, na Guanabara, além de chefiar pessoalmente a execução de todas as ações do grupo de Fogo, Getúlio participou ainda do “assalto”⁵⁶ ao DETRAN (Departamento de Trânsito) de Campinho, realizado em dez de janeiro de 1972, a dois bancos na Rua Bela – São Cristóvão, sendo um deles o Banco Novo Mundo do qual foram roubados a quantia de Cr\$ 6.000,00⁵⁷; do roubo da Kombi na ponte de Quintino (24/09/1971)⁵⁸, de uma escola na Rua Conde de Bonfim, da Delegacia do Ministério do Trabalho, em Bonsucesso e do “roubo” de três automóveis Volkswagen na Rua Dias da Cruz, no Méier.⁵⁹

Em 1968, Getúlio viajou para Cuba para fazer um “curso de treinamento de guerrilhas”. Quando voltou de viagem, a perseguição ficou mais intensa. Entre 1969 e 1970, residiu no bairro de Parada Angélica (Terceiro Distrito de Duque de Caxias), morava com sua esposa e seus dois filhos. Em 1970, ele foi seguido até sua casa, sendo ela saqueada e quebrada por agentes do DOPS. Getúlio conseguiu fugir e foi para outros estados, entre eles, a Bahia.⁶⁰

A invasão da casa de Getúlio Cabral é uma “memória compartilhada”⁶¹ pelos seus familiares. Luis Cabral (irmão de Getúlio) contou-me sobre o episódio:

Os agentes do DOPS invadiram a casa do meu irmão à noite e fizeram como reféns a minha cunhada Maria de Lourdes e os meus sobrinhos Adriano e Alexandre. Os agentes torturaram Odete (cunhada do meu irmão), irmã mais nova da Maria de Lourdes para saber o paradeiro do mesmo. Ao amanhecer Maria de Lourdes apareceu na nossa casa, ela estava bem não tinha sido torturada, veio contar para a família, para a minha mãe o que tinha acontecido e pedir para o Humberto, meu irmão

⁵⁵ Departamento de Ordem Política e Social, subordinada aos governos estaduais. Em certos estados, ao invés de delegacia, aparecem com a designação de departamento. Ver: Arquivo Público do Estado do RJ, Polícia Política – Setor: Comunismo Pasta 112 Folha 243.

⁵⁶ A documentação do DOPS que utiliza o termo assalto, para os militantes essa ação seria conhecida como expropriação – promoção de ações armadas com o objetivo de obter dinheiro, carros ou armas para a luta política.

⁵⁷ Esse valor hoje em reais seria 29.582,97.

⁵⁸ A mesma pertencia ao Banco Nacional de Minas Gerais.

⁵⁹ Idem ao 55.

⁶⁰ Seu irmão Vitor Hugo lembra que Odete, cunhada de Getúlio foi torturada em Imbariê pelo DOPS. Ver: Café com História – Instituto Histórico – Maio de 2008 – Entrevista com Vitor Hugo de Oliveira Cabral.

⁶¹ PORTELLI, 2003.

aquele que eu te falei que morreu no ano passado para acompanhá-la a uma entrevista na sede do DOPS.⁶²

Adriano, filho mais novo de Getúlio, na data da invasão da casa tinha apenas nove meses. Ele contou-me:

Meu irmão Alexandre antes de viajar para Espanha (seis anos atrás) conversou comigo sobre o que aconteceu na nossa casa naquele dia. Alexandre me contou que perguntava sobre o nosso pai para os agentes, e os mesmos responderam para ele calar a boca e parar de chorar, porque já tinham matado nosso pai. Meu irmão tem quase certeza que nossa mãe foi torturada nesse dia.⁶³

Depois de escutar o desabafo do irmão, Adriano começou a perguntar para os familiares de sua mãe sobre o que eles sabiam sobre o dia da invasão. Ele descobriu nessas conversas, que além da sua tia Odete, um outro tio seu foi torturado pelos agentes do DOPS.

A invasão da casa de Getúlio é um episódio marcante, difícil, importante até hoje nas memórias e lembranças dos seus familiares. Esse episódio deixou marcas profundas na família. Todas as vezes que Ernesto toca no assunto começa a chorar copiosamente e Alexandre, foi tão impactado por esse acontecimento que não fala sobre o ocorrido. Só visitou a Ocupação Getúlio Cabral uma única vez, quer distância da política e quase não mantém contato com os seus parentes por parte de pai. Percebemos que quando a lembrança é insuportável às vezes optar pelo silêncio é uma maneira de preservar de um sofrimento ainda maior, lembrar é viver a situação novamente.

Com o passar do tempo o movimento tinha que conseguir mais recursos por isso em 1969, e principalmente, a partir de 1970, as organizações guerrilheiras organizaram muitas ações armadas para conseguir fundos, com o objetivo de manter suas caras estruturas clandestinas, que tinham de ser constantemente renovadas em função da intervenção policial, cada vez mais eficiente. Além de também realizaram sequestros para libertar os presos políticos, cujo número aumentava dia a dia.

⁶² CABRAL, 2012.

⁶³ CABRAL, 2012.

Conforme a documentação⁶⁴, Getúlio atuou também como militante do PCBR na “depredação” de dois postos de gasolina onde se encontravam afixados cartazes de terroristas procurados; na versão oficial esta ação foi orquestrada pela ALN, PCBR e VAR. Getúlio foi um dos participantes no “roubo” de jóias em Copacabana, na Rua Paula Freitas em 20/1101 e em dezenove de agosto de 1971, de uma Casa de Materiais de Construção (SC) no valor de Cr\$ 350,00⁶⁵ e do Banco da Bahia – São Cristóvão (25/02/1972), a quantia de CR\$ 92.000,00⁶⁶.

Nas documentações do DOPS/RJ Getúlio aparece com os seguintes codinomes: Gogó, Gustavo, Artur, Feio, Tasso e Camilo e com forte atuação na Bahia (Salvador) onde montou o esquema que resultou em 1970, no “assassinato” do primeiro sargento Valder Xavier de Lima, da FAB (Força Aérea Brasileira) e no ferimento de um agente do DPF/BA (Departamento de Polícia Federal da Bahia). Ainda de acordo com as mesmas documentações, ele foi responsável pelo “assassinato” do soldado Elias dos Santos, do Primeiro BPEX (Batalhão de Polícia do Exército), em 1969.⁶⁷

Getúlio D’Oliveira Cabral, Theodomiro Romeiro dos Santos (militante do PCBR há um ano), Paulo Pontes e Dirceu Régis (militantes do PCBR) encontraram-se a vinte e sete de outubro de 1970 no Dique do Tororó (em Salvador) para uma rápida reunião a céu aberto. Dirceu Régis foi logo embora e os outros ainda conversavam quando Getúlio percebeu um jipe aproximando-se lentamente. Getúlio deu o alarme quando sacou sua arma e saiu correndo e atirando, mas seu ato não foi suficiente para que Theodomiro e Paulo tivessem tempo de fazer o mesmo. O sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima, o cabo do Exército Odilon Costa e os agentes federais Hamilton Nonato Borges e José Freire Felipe Jr agarraram, algemaram e jogaram Theodomiro e Paulo no fundo do jipe.⁶⁸

O jipe arrancou atrás de Getúlio, que corria atirando. Depois de percorrer alguns metros, o jipe breiou junto a uma estreita ponte por onde Getúlio escapava para alcançar a outra margem do Dique do Tororó. Em meio à confusão, a pasta preta (dentro dela havia um

⁶⁴ Ver Arquivo do RJ - Setor: Terrorismo Pastas: 15- Folha 4 e Pasta 16 folha 339.

⁶⁵ Esse valor corresponde em reais a 152.474,68.

⁶⁶ Esse valor corresponde em reais a 373.475,89.

⁶⁷ Ver: Arquivo Público do Estado do RJ, Polícia Política – Setor: Terrorismo Pasta 12 Folha 140, Pasta 14 Folhas 16 e 17 e Pasta 16 Folha 339.

⁶⁸ DA SILVA, Sandra Regina Barbosa. *Ousar Lutar, Ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Bahia: EDUFBA, 2013.

revólver) que os agentes não haviam examinado é devolvida a Theodomiro. Ele vê ali a chance de garantir não só a fuga definitiva de Getúlio, como a sua e a de Paulo. O sargento Walder estava na porta do jipe, Theodomiro consegue com a mão esquerda que estava livre abrir a pasta e começar a atirar. Um dos tiros atingiu a cabeça do sargento, jogando-o no chão e o outro acertou Hamilton, que ficou ferido. Theodomiro foi desarmado e teve a cabeça ferida pelas coronhadas que levou dos agentes. Com a confusão, os agentes esqueceram-se de socorrer o sargento que acabou morrendo.

Uma das falas de Paulo Pontes sobre o dia da sua prisão: ⁶⁹

Eu tinha um ponto com Theodomiro, com Dirceu Regis e com Getúlio Cabral no Dique do Tororó, exatamente porque Getúlio Cabral com esse pessoal do Rio de Janeiro estava indo embora e foi lá pra deixar um dinheiro e acertar alguns ponteiros conosco. Dirceu iria recuar para Remanso, porque a situação estava ruim e, também, por conta do seqüestro que a gente ia fazer [...] Dirceu recebeu o dinheiro e foi embora. Ficamos nós três [...] Dizem que um informante da polícia teria me visto com essas pessoas e ligou coisando. Então, a polícia veio já na certa que ia me encontrar. E realmente, nos encontraram lá no fim do Dique do Tororó, na entrada do Vasco da Gama. ⁷⁰

Ao analisar o depoimento de Paulo Pontes, percebem-se alguns estranhamentos entre os membros do PCBR a nível nacional, como demonstra o seguinte trecho da fala de Paulo: “(...) com esse pessoal do Rio de Janeiro.”

Segundo documento da Delegacia de Segurança Social de Pernambuco, Getúlio escreveu a Theodomiro Romeiro dos Santos⁷¹ convidando-o a ir de Natal (RN) para Salvador

⁶⁹ O economista Paulo Pontes nasceu no interior de Pernambuco e chegou clandestinamente à Bahia no sábado de carnaval de 1970. Seu retrato já circulava pelo seu Estado num cartaz com o título de "Subversivos procurados". Foi condenado a prisão perpétua como coautor do crime que condenou Theodomiro à morte. Paulo foi torturado por quatorze dias no Quartel do Barbalho e, de lá, seguiu para a Lemos Brito, onde ficou preso por cerca de nove anos. Na Galeria F, conheceu a solidariedade dos companheiros já na chegada. O vizinho de cela rasgou seu lençol ao meio para dividir com ele. Na prisão, foi aprovado no vestibular para economia na UFBA e cursou a faculdade ainda preso. Estudava de dia, mas dormia no xadrez. Já foi indenizado pelo Estado. Atualmente, dá aulas de direitos humanos e é diretor de tecnologias para o desenvolvimento socioambiental da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

⁷⁰ DA SILVA, Sandra Regina Barbosa. *Ousar Lutar, Ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Bahia: EDUFBA, 2013.

⁷¹ Aos dezenove anos, único preso político condenado à morte pelo regime militar brasileiro e último exilado a retornar ao país depois da Anistia, Theodomiro Romeiro dos Santos terá sua história contada em um documentário que está sendo realizado pelo cineasta baiano Beto Sodré. O filme, que recebeu o título de *Pena de Morte* e que está em fase de montagem e edição, ainda não tem data para ser lançado. Quem vê o juiz despachar em seu gabinete no Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco, não imagina seu passado de combatente do PCBR e preso político. Aos cinquenta e sete anos, ele lembra os fatos que o notabilizaram como o primeiro militante armado a ser condenado à morte pela ditadura. Mesmo depois de muito esforço para comutar a pena e

(BA) a fim de entregar-lhe dinheiro e panfletos subversivos sobre a Campanha de Votos Nulos⁷².

A passagem de ano de 1970 foi difícil para a maioria das organizações da esquerda brasileira. Deviam defender-se da repressão policial que estava cada vez mais acirrada e enfrentar a luta interna em suas fileiras. O PCBR foi uma das organizações mais atingidas naquela passagem de ano.

Nas documentações da Secretaria de Segurança Social de Pernambuco, Getúlio aparece como elemento de ligação e coordenador do retorno do Chile dos terroristas do PCBR banidos, indicados para os cursos de elementos de guerrilhas em Cuba.

Getúlio estava condenado a vinte anos de reclusão pela Sexta Circunscrição Judiciária Militar por participação no assalto a Agência do Banco da Bahia, no bairro da Vinte e Cinco de Maio - Liberdade em Salvador, 1970. Getúlio teve sua prisão preventiva decretada em dezessete de dezembro de 1971, mas continuou foragido até o dia de sua morte. No Rio, tinha sido condenado a doze anos de prisão e a suspensão dos seus direitos políticos por dez anos.

Ele estava pronto para chefiar um assalto no dia dez de janeiro de 1973, à Agência Voluntários da Pátria da União de Bancos Brasileiros, conforme levantamento apreendido no aparelho do PCBR de Bento Ribeiro. Ação esta que não aconteceu devido a sua morte.

Getúlio foi morto sob tortura no dia vinte e nove de dezembro de 1972, aos trinta anos, no DOI/CODI-RJ (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas que ficava situado no final da Rua Grajaú, em frente ao número 321.⁷³ Ele foi uma das vítimas do massacre que também vitimou Fernando Augusto da Fonseca⁷⁴, José Silton

conseguir a liberdade, Theodomiro terminou excluído da lista de anistiados em 1979.

⁷² Em 1970, houve uma chamada dos estudantes e dos grupos de esquerda em favor do voto nulo para desafiar a ditadura. Os votos nulos e brancos expressaram duas atitudes espontâneas de desorientação e indiferença por parte do eleitorado atrasado e de repúdio a ditadura militar por parte do eleitorado politizado.

⁷³ Órgão conjunto dos diversos serviços de informações, do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícias Militares, Polícia Federal e Polícias Cíveis, criados em todos os Estados a partir da experiência da OBAN, em São Paulo. Órgão de repressão criado em 1970, pelo general Emílio Garrastazu Médici. Funcionou até os anos noventa.

⁷⁴ O carioca Fernando Augusto, apelidado Fernando Sandália, concluiu o segundo grau no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Estudava economia na UFRJ e trabalhava na agência central do Banco do Brasil, de onde foi demitido em 1970. Militou na Corrente Revolucionária antes de integrar o PCBR, sendo membro de seu Comando Político Militar e um dos responsáveis pela publicação oficial do partido, O Avante, no Rio de Janeiro. Em função das perseguições e da militância clandestina, estava residindo em Maceió, com a mulher, Sandra Maria Araújo da Fonseca e o filho André, então com três anos de idade. Sandra estava grávida de Fernando, que não chegou a conhecer o pai. No “livro negro” do Exército, consta a informação de que, em dezembro de 1971, tinha sido composta uma direção nacional provisória do PCBR, integrada por ele, por Luís Alberto de Andrade Sá e Benevides e por Getúlio de Oliveira Cabral. Mais informações ver: *Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

Pinheiro⁷⁵ e José Bartolomeu Rodrigues de Souza.⁷⁶

Os relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica dizem que "faleceu devido a tiroteio com agentes de órgãos de segurança". Mas o relatório da Anistia Internacional diz que ele foi morto e colocado em um carro incendiado - sendo seu corpo parcialmente carbonizado, após ter sido torturado no DOI-CODI/RJ, juntamente com José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e Fernando Augusto Valente da Fonseca.⁷⁷

No Arquivo do DOPS/PE encontrou-se em seu prontuário de nº 19.407 a informação de que "foi morto na Guanabara, na Rua Grajaú, nº321 em tiroteio com as Forças Armadas". Segundo ainda as informações contidas nesse documento, Getúlio havia sido servente do Ministério da Indústria e Comércio, tendo sido demitido por perseguição política no final do ano de 1964.

Conforme a publicação *Direito à Verdade e à Memória*, os quatro prisioneiros foram levados a um lugar esmo, onde seus corpos foram crivados de balas para dar a impressão de morte em tiroteio, sendo que tiveram seus corpos carbonizados.

Quanto ao episódio da morte de Getúlio Cabral, analisando os documentos do Instituto Criminalístico Carlos Éboli, acredita-se que a real causa da morte de Getúlio se deu por causa da tortura a qual foi imposto pelos agentes do DOPS na sede do DOI-CODI/RJ (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas).

⁷⁵ Viveu até seis anos de idade no pequeno sítio denominado Pium, onde nasceu, em São José do Mipibú, RN. Sua mãe faleceu após seu nascimento, por complicações no parto e falta de assistência médica. O bebê foi então adotado pela tia Lira Maria Gomes Pinheiro, irmã de seu pai. Depois foi para a cidade de Monte Alegre, onde viveu até completar dez anos. A partir daí, radicou-se em Natal. Estudou no Colégio Salesiano, no Instituto Sagrada Família e fez o ginásio no Colégio Santo Antônio, dos Irmãos Maristas. Iniciou o curso clássico no Colégio Estadual Padre Miguelinho, concluindo-o no Atheneu Norte-Rio-Grandense. Em 1965, foi eleito presidente do Diretório Marista de Natal. Em 1966, entrou em contato com o pensamento da Igreja progressista e, pretendendo se tornar irmão Marista passou a estudar no Convento de Apipucos, em Recife. Mas sua inquietação política foi além da vocação religiosa. De volta a Natal, ingressou na Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tempos depois, passou a militar no PCBR, atuando em Natal, Recife, e por fim, no Rio de Janeiro. Os órgãos de segurança o acusavam de participação em assalto a um banco na Penha, no Rio, em 27 de julho de 1972, em que teria matado o contador Sílvio Nunes Alves. Mais informações ver: *Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁷⁶ Era estudante secundarista, pernambucano de Canhotino. Os órgãos de segurança o acusavam de participação na tentativa de roubo de um veículo do tenente da Aeronáutica Matheus Levino dos Santos, em Recife, no dia vinte e seis de junho de 1970, que reagiu a tiros e foi baleado, vindo a morrer em consequência dos ferimentos em março do ano seguinte. José Bartolomeu, segundo informações dos órgãos de segurança, teria regressado ao Brasil pouco antes de ser morto, vindo de uma viagem ao Chile em que acompanhou o ex-sargento da Aeronáutica Antonio Prestes de Paula em reuniões com banidos brasileiros. Ver mais informações em: *Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁷⁷ Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais - <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

O corpo de Getúlio entrou no IML (Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro), em trinta de dezembro de 1972, pela Guia nº 11 do DOPS/RJ. Seu óbito, de nº 132.011, firmado pelo Doutor Roberto Blanco dos Santos⁷⁸, teve como declarante José Severino Teixeira. As causas de sua morte que constam na certidão de óbito são: ferimento penetrante da cabeça determinando fratura do crânio e destruição do tecido nervoso cerebral e carbonização. No verso desse documento, manuscrito, há a seguinte frase: “Inimigo da Pátria (Terrorista)”.⁷⁹

Há ainda laudo (Ocorrência nº 988/72) e fotos de perícia de local (nº 7.645/72) encontrados no Instituto de Criminalística Carlos Éboli / RJ. As fotos mostram o corpo de Getúlio semi-carbonizado (da cintura para baixo), com a metade inferior do corpo dentro do Volkswagen incendiado (placa GB/EB-3890).

Foi enterrado como indigente, apesar de estar com seu nome completo, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, em seis de fevereiro de 1973, na cova 22.702, quadra vinte e um. Em vinte de março de 1978, seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, em 1980/1981, para uma vala clandestina, junto com mais de duas mil ossadas de indigentes.⁸⁰

A morte de Getúlio somente foi divulgada em dezessete de janeiro de 1973, pelo Jornal do Brasil que deu a notícia de sua morte e das mortes de Fernando, José Silton e José Bartolomeu, assim como as mortes de mais dois outros militantes do PCBR, ocorridas no mesmo dia, Valdir Sales Saboya⁸¹ e Lourdes Maria Wanderley Pontes⁸², sem citar as

⁷⁸ O médico legista Roberto Blanco dos Santos, que está sendo processado pelo CREMERJ e, em 1994, foi nomeado Delegado de Polícia no Rio de Janeiro. Em novembro desse mesmo ano recebia como delegado da 19ª Delegacia de Polícia, na Tijuca (RJ) as queixas de torturas sofridas por vários moradores do morro do Borel durante a chamada Operação Rio. Apesar de denunciado, ele continua no cargo. Essa prática também é muito comum entre os torturadores, que além de não terem sido punidos, serem contemplados com cargos públicos, comendas e promoções.

⁷⁹ Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais - <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

⁸⁰ Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais - <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

⁸¹ Nasceu em 1º de março de 1950, filho de Gerson Algery Saboya e Ephigênia Salles Saboya. Morto aos vinte e dois anos de idade, em vinte e nove de dezembro de 1972, na Rua Sargento Valder Xavier Lima, nº 22, fundos, junto com Lourdes Maria Wanderley Pontes, segundo versão oficial da repressão em tiroteio. Mais informações ver: *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* / Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo... et al., prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, apresentação de Miguel Arraes de Alencar. — Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

⁸² Era pernambucana de Olinda e estudou o primário e o ginásio em Recife, não chegando a concluir seus estudos por seu envolvimento na militância política a partir de 1968. Em 1969, casou-se com Paulo Pontes da Silva, com quem se mudou para Natal (RN) devido à repressão política. Novamente perseguido, o casal transferiu-se, em fevereiro de 1970, para Salvador (BA), sendo que no mesmo ano, Paulo foi preso, sendo posteriormente condenado à prisão perpétua, por coautoria no assassinato de um sargento da Aeronáutica que o conduzia preso algemado ao companheiro de militância Theodomiro Romeiro dos Santos. Após a prisão de Paulo Pontes, Lourdes foi então deslocada para a militância clandestina no Rio de Janeiro. Era conhecida pelo seu codinome Luciana Ribeiro da Silva. Mais informações ver: *Direito à Verdade e à Memória: Comissão*

circunstâncias de suas mortes.⁸³

No Rio de Janeiro, em dezesseis de setembro de 1991, o Grupo Tortura Nunca Mais⁸⁴ obteve apoio para exumar duas mil e cem ossadas de uma vala no Cemitério de Ricardo de Albuquerque. Os corpos de mortos e desaparecidos foram enterrados em uma cova rasa e, cinco anos depois, transferidos para o ossário geral. No início da década de 1980 foram enterrados em uma vala clandestina todos os ossos de pessoas sepultadas como indigentes desde 1971 até dezesseis de janeiro de 1974.⁸⁵

Reuniu-se, então, uma equipe formada por dois médicos legistas indicados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), Gilson Souza Lima e Maria Cristina Menezes, pela arqueóloga e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Nancy Vieira, e pela antropóloga e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Eliane Catarino. Em outubro de 1991, a Equipe Argentina de Antropologia Forense, representada por Luis Fondebrider, Mercedes Doretti e Silvana Turner, realizou um treinamento técnico com a equipe e orientou os trabalhos de catalogação dos ossos. Infelizmente, as ossadas, quando transferidas do ossário geral para a vala, foram misturadas, formando um conjunto de cerca de quatrocentos e trinta mil ossos, entre os quais não se distingue um esqueleto completo. Mesmo assim, vários crânios e outros ossos foram retirados e acondicionados em dezessete sacos plásticos para serem examinados.⁸⁶

Em março de 1993, a equipe encerrou o trabalho por causa da falta de financiamento e da impossibilidade de sustentá-lo com apenas três pessoas. As ossadas catalogadas foram guardadas no Hospital Geral de Bonsucesso, até o dia da inauguração do memorial. O local da

Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁸³ Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais - <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

⁸⁴ O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ) foi fundado em 1985 por iniciativa de ex-presos políticos que viveram situações de tortura durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos políticos e tornou-se, através das lutas em defesa dos direitos humanos de que tem participado e desenvolvido, uma referência importante no cenário nacional. Considerando que o regime ditatorial contribuiu decisivamente para o esgarçamento e a deterioração de valores éticos, o GTNM/RJ constituiu-se em torno do resgate de valores, da dignidade, da defesa e dos direitos da cidadania. Desta maneira, tem assumido um claro compromisso na luta pelos direitos humanos, pelo esclarecimento das circunstâncias de morte e desaparecimento de militantes políticos, pelo resgate da memória histórica, pelo afastamento imediato de cargos públicos das pessoas envolvidas com a tortura, pela formação de uma consciência ética, convicto de que estas são condições indispensáveis na luta hoje contra a impunidade e pela justiça.

⁸⁵ Mais informações ver: TELES, Janaina (org.). *Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. In: Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. Editora Humanitas.

⁸⁶ Idem ao 85.

vala continuou sendo resguardado, até que no ano de 2011 foi construído um Memorial nele. “A construção desse memorial é importante para que possa ser um marco no sentido de resgatar história e para que nunca mais isto volte a acontecer,” afirma Romildo Maranhão do Valle, irmão de Ramires Maranhão do Valle e associado ao GTNM/RJ.⁸⁷

Os nomes dos quatorzes presos políticos enterrados nesta vala são: Ramires Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho, ambos desaparecidos; José Bartolomeu Rodrigues da Costa, José Silton Pinheiro, Ranússia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata, Luís Guilhardini e **Getúlio de Oliveira Cabral**. Outros dois militantes foram sepultados em valas comuns no Rio de Janeiro: no Cemitério de Cacuia está Severino Viana Colon e no de Santa Cruz, Roberto Cieto.⁸⁸

⁸⁷ Mais informações ver: Boletim 22 GTNM-RJ, março 1996 e TELES, Janaina (org.). *Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. In: Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. Editora Humanitas.

⁸⁸ Idem ao 87.

3. AS MEMÓRIAS EM DISPUTA

“O dever da memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si.”

(Ricouer)

Neste capítulo iremos trabalhar com algumas memórias que permanecem em disputa em torno da figura de Getúlio e com lugares de memória da trajetória do militante, além de fazer uma análise de como o PCBR ficou após a morte de Cabral. Iremos analisar as memórias nas documentações do DOPS, as memórias da família e as memórias militantes: Grupo Tortura Nunca Mais /RJ e Anistia Internacional e como lugares de memória: a Ocupação Getúlio Cabral, o Espaço Museal do Guadá, a Rua Getúlio Cabral e o Auditório e Espaço de Formação Getúlio Cabral.

As organizações de esquerda conforme se empenhavam mais a fundo na luta armada tiveram multiplicado seus problemas. As ações confiscatórias já não davam tanto lucro assim, pois os gastos eram muitos para a manutenção de toda a rede de aparelhos e os bancos tomavam o cuidado de quase não deixar dinheiro nos caixas. E esses atos passaram a ser mal vistos pela população, já que em muitos deles quem se feria eram vigilantes de bancos e soldados humildes. Somado a esses fatores a perda da militância, já que o engajamento total na luta armada afastava militantes e simpatizantes por falta de aptidões pessoais ou por ideologias políticas.

A continuação dos “assaltos” reforçou a imagem negativa da esquerda armada no meio da população. Ao desgaste moral e à segregação política, somava-se a perda de militantes em combate e nas prisões, sem a possibilidade de substituição. Pois era uma atividade de alto risco.

A assistência médica aos militantes feridos, desde o começo foi difícil, se tornou cada vez mais complicada, à medida que os médicos ligados à esquerda armada iam “caindo” e a vigilância policial se intensificava nos hospitais.

Entre dezembro de 1969 e janeiro de 1970 muitos militantes foram presos, inclusive dirigentes como Apolonio de Carvalho e Jacob Gorender, além do assassinato sob tortura de Mário Alves. Por causa desses acontecimentos, foi reconstituída a nova direção nacional do PCBR com um secretariado de três integrantes. Essa nova direção nacional deslocou

militantes para o Ceará e para a Bahia. Para Salvador mandaram alguns militantes do Rio, como ex-militares, Fernando Augusto da Fonseca, universitário apelidado de Fernando Sandália e o dirigente nacional Getúlio de Oliveira Cabral, antigo mecânico da Fábrica Nacional de Motores. O objetivo eram as ações expropriatórias.

A partir de 1971, torna-se prática comum “sumir” com presos políticos. Aumenta-se assim o número de “desaparecidos” ou de mortos em atropelamentos nas ruas, em tiroteios com policiais etc.

Segundo Gorender, o PCBR prosseguiu com as ações armadas vanguardistas, em aliança sobretudo com a VAR-Palmares, e se encaminhou para o aniquilamento. A oito de março de 1972, Benevides (Bebeto) falece em Caruaru, em desastre de automóvel. No final do ano, em Pernambuco, são capturados o ex-marinheiro José Adeildo Ramos⁸⁹ e Fernando Sandália. A dezessete de janeiro de 1973, os jornais noticiaram a morte - em suposto tiroteio no bairro do Grajaú, Rio, a vinte e nove de dezembro do ano anterior do próprio Fernando e mais de Getúlio Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, José Silton Pinheiro Soares e Luciana Ribeiro da Silva.

O chamado Terceiro Comitê Central era composto de apenas três membros. A vinte e sete de outubro de 1973, quatro corpos semicarbonizados foram encontrados dentro de um carro incendiado na Praça da Sentinela, em Jacarepaguá. Puderam ser identificados Ranúsia Alves Rodrigues⁹⁰, Almir Custódio de Lima⁹¹ e Ramires Maranhão do Vale⁹², militantes do

⁸⁹ José Adeildo Ramos, sessenta e sete anos, paraibano de Monteiro e hoje professor universitário aposentado pela UERN, foi um dos muitos jovens guerrilheiros que bateram de frente contra a repressão militar: preso por duas vezes e torturado.

⁹⁰ Nascida na cidade de Garanhuns era estudante do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco. No meio universitário, Ranúsia começou a militar no diretório acadêmico e rapidamente chegou ao PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Atuando na clandestinidade, Ranúsia (que também usava os codinomes de: Florinda, Nuce e Olívia) teve uma filha, Vanúsia. Por conta da militância política, Ranúsia teve que abdicar da filha e como seus pais não aprovavam o envolvimento dela com essa atividade clandestina, também não quiseram saber da criança. A menina terminou ficando aos cuidados de uma empregada da família, Almerinda de Aquino. Hoje em dia Vanúsia mora na periferia do Recife, no bairro da Mangueira. Ela só tomou conhecimento da história da mãe em 1991, aos 22 anos, quando os arquivos do DOPS foram abertos. Ranúsia tinha muito medo que a filha sofresse algum tipo de represália por causa das suas atividades políticas. Não estava errada. Em 1968, Ranúsia foi presa em Ibiúna, São Paulo, quando participava do XXX Congresso da UNE, e libertada logo em seguida. Atuava no Rio desde outubro de 1972. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar sustentavam que ela teria participado, como cobertura médica, da execução do delegado Octávio Gonçalves Moreira Júnior, do DOI-CODI / SP, em Copacabana, no dia vinte e cinco de fevereiro de 1973. Sua foto e seu nome tinham sido divulgados, erroneamente, como uma das pessoas mortas na Chacina de Quintino, em vinte e nove de março de 1972, no lugar de Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo. Fiel à sua ideologia continuou lutando contra a ditadura militar.

⁹¹ Nasceu no dia vinte e quatro de maio de 1950, em Recife, Pernambuco, filho de João Custódio de Lima e Maria de Lourdes Custódio de Lima. Estudante Secundarista da Escola Técnica Federal de Pernambuco. No Rio de Janeiro trabalhou como operário metalúrgico da ALUFERCO. Tinha vinte e três anos quando foi morto. Casou-se aos vinte e um anos com Nadja Maria de Oliveira, em dez de agosto de 1971. “O Livro Negro do

PCBR. Esse acontecimento colocou o ponto final na militância ativa do PCBR.

A memória que a mídia (Jornais como o Jornal do Brasil e o Jornal O Globo, e a televisão, principalmente A Rede Globo) da época tem de Getúlio é que o mesmo era um “assassino, terrorista, subversivo”, uma visão completamente negativa. Essa memória construída pelos militares e pelas mídias é difícil de ser “apagada”, mas, também não deixa de ser uma memória onde percebemos a prática ostensiva da violência no período da ditadura militar.

O PCB e o PCBR trabalham com a imagem de um militante, dirigente idealista, focado, destemido, engajado, completamente entregue a causa que defendia. Como falamos às vezes nessa defesa de uma causa acabam prejudicando outras pessoas, mas a sua luta é reconhecida quando percebemos a “evolução” de uma política que há muito tempo ficou dominando o país.

A família tem um trabalho de memória, uma preocupação constante que a memória de seu ente querido seja preservada, cada um deles construiu uma memória sobre Getúlio. Assim a memória e o luto foram elaborados tanto coletivamente (a família Cabral) quanto individualmente (Vitor, Adriano, Luis e Ernesto). As diversas memórias estão postas para que cada uma garanta o seu espaço e a sua versão. Veremos a seguir um pouco sobre os familiares entrevistados.

Vitor Hugo D’ Oliveira Cabral é o irmão mais velho de Getúlio. Tem setenta e um anos, é solteiro e tem dois filhos. É dono de uma loja de fotografias em Copacabana.

Luis Carlos D’ Oliveira Cabral é o quarto filho no total de sete. Tem sessenta anos, é casado e tem cinco filhos. Trabalha como fotógrafo.

Terrorismo no Brasil”, de autoria atribuída ao Centro de Informações do Exército, registra que os quatro militantes do PCBR foram localizados a partir de uma operação em que Almir passou a ser seguido intensamente, após denúncia de um informante na primeira quinzena de outubro de 1973. Esse documento também o inclui entre os participantes da execução de Salatiel Teixeira Rolins, num bar do Leblon, dia vinte e dois de julho de 1973, onde teria pixado uma parede com a sigla PCBR e jogado sobre o cadáver panfletos assinados “Comando Mário Alves”.

⁹² Nasceu em Recife, em dois de novembro de 1950. Era estudante secundarista. No final de 1961, passou no exame para cursar o Colégio Militar, embora não tenha conseguido vaga. Matriculou-se então no Colégio São João, estudando até a terceira série ginasial e destacando-se também em atletismo. Devido à composição social elitista dessa escola, enfrentou conflitos com os colegas que se opunham ao governo estadual de Miguel Arraes. Depois de abril de 1964, preferiu transferir-se para o Colégio Carneiro Leão, onde concluiu a quarta série. Interessado em agricultura, foi cursar o colegial na Paraíba, na escola agrícola Vidal Negreiros, em Bananeiras. Permaneceu apenas um ano nesse estabelecimento e retornou a Recife, matriculando-se no Colégio Salesiano Sagrado Coração. Não chegou a concluir o curso secundário devido às perseguições políticas por sua atuação política no meio estudantil. Na primeira vez em que foi preso, aos dezesseis anos, estava participando de manifestação do Movimento Estudantil contra o acordo MEC-USAID, nas escadarias da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Junto com ele foi preso Fernando Santa Cruz, que também seria assassinado pelos órgãos de segurança em 1974. Nessa ocasião, Ramires permaneceu oito dias no Juizado de Menores.

Ernesto D' Oliveira Cabral é o irmão caçula de Getúlio. Tem cinquenta anos, é solteiro e não tem filhos.

Adriano D' Oliveira Cabral é o filho caçula de Getúlio. Tem quarenta e dois anos, é casado e tem dois filhos. Trabalha com Segurança do Trabalho.

A primeira entrevista foi realizada com Luis Carlos Cabral no dia vinte e seis de agosto de 2012 e teve como local a Ocupação Getúlio Cabral (Parada Angélica – Duque de Caxias). A segunda entrevista foi realizada no dia nove de setembro de 2012 na Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento – São Bento – Duque de Caxias e teve como entrevistados: Luis, Ernesto, Vitor e Adriano.

Na realização das entrevistas percebi que cada um dos meus entrevistados tem uma imagem, uma visão e uma memória diferente de Getúlio. Por isso é importante observar cada frase, cada palavra, pois cada um traz a sua memória que seleciona para falar.

Para Vitor Hugo, Getúlio era um cara brincalhão, comunicativo e acima de tudo idealista. Vitor era assim como Getúlio filiado ao PCBR, mas não fez a opção pela luta armada como o irmão. Na entrevista contou-me que: “era o filho mais velho, e que alguém tinha que botar comida em casa”. Essa sua fala está impregnada de uma crítica à atitude que o irmão tomou na época, deixando cair a responsabilidade toda sobre as suas costas com a família.

Luis Carlos vê Getúlio como alguém que lutava por melhores condições de vida para todos, como um exemplo de luta. Ele se espelha no irmão para realizar o trabalho como presidente da Associação de Moradores da Ocupação, numa área de extrema pobreza dominada pelo tráfico e pelas milícias.

Ernesto por ser o filho mais novo teve pouco contato com Getúlio. Era muito ligado a sua madrinha Maria de Lourdes (esposa de Getúlio). Ele vê o irmão como um exemplo de vida, orgulha-se de pertencer à família Cabral.

Adriano vê a figura do pai como um verdadeiro herói, o tem como um ídolo. Ele tem muito orgulho de ser filho de Getúlio Cabral. Um dos trechos mais emocionantes das entrevistas é de Adriano: “Me chamo Adriano Resende Cabral e a Ditadura Brasileira não me deu o prazer infelizmente de conhecer o meu pai”. Com essa frase Adriano deixa vir à tona toda a sua tristeza, amargura, revolta, ódio pelo o que aconteceu com a sua família. Ele recebeu no ano de 1991 em nome do seu pai a medalha Chico Mendes que lhe foi dada pelo Grupo Tortura Nunca Mais / RJ, uma homenagem póstuma a figura de Getúlio Cabral.

Ao transcrever as entrevistas e analisá-las fiz um primeiro perfil de cada um dos meus entrevistados:

Vitor Hugo é uma pessoa muito culta, lúcida (apesar de tudo o que aconteceu), solícita, que tem uma história de vida incrível, é um exemplo de superação, dedicação, conscientização para todos nós, enfim um militante. Ele foi preso duas vezes, uma delas no período da Ditadura Militar (1969) e passou por inúmeras sessões de torturas físicas e psicológicas. É professor aposentado do Colégio Pedro II, é de classe média alta e hoje trabalha com o hobby da família que é a fotografia. Reside atualmente em Copacabana. Uma frase muito marcante na sua entrevista é: “Eu não me arrependo de nada que eu fiz, faria tudo de novo para que hoje nós pudéssemos viver na democracia”. Essa frase traduz bem a personalidade de Vitor, uma pessoa que se orgulha do seu passado e que tem consciência que o seu presente e o seu futuro dependeram das suas escolhas que foram feitas anos atrás.

Luis Carlos antes de tudo é um líder nato, “engajado”, coordena a Ocupação Getúlio Cabral com muito amor e dedicação lidando com a extrema pobreza e violência da região. É filiado ao PDT e também tem como hobby a fotografia. Vive numa situação de pobreza, morando numa casa muito pequena e humilde anexa a Associação de Moradores. Nessa casa moram no total quinze pessoas. É um dos principais responsáveis em manter “acesa” a história de Getúlio e da família Cabral como um todo, atuando como um “guardião” da memória.

Ernesto é uma pessoa muito simples, humilde, encantadora e tímida. Muito apegado à família. É de uma sensibilidade extrema, de fala mansa, quase não falou muito na entrevista. Mas quando falou me proporcionou histórias incríveis. Foi o meu entrevistado que mais se emocionou, vindo a chorar por diversas vezes na entrevista. Seu depoimento foi um dos momentos mais tocantes, pois tive muita vontade de chorar junto com ele. Reside atualmente em São Gonçalo, pertencendo hoje o que chamamos de classe média.

Adriano é uma pessoa muito simpática, falante e “engajada”. Ele é muito ligado à família, um pai dedicado, possui uma personalidade muito forte e decidida dando prosseguimento às lutas do pai, é um dos herdeiros. Muito preocupado em preservar a memória do pai, tendo em casa vários documentos que falam sobre o mesmo. É filiado ao PDT. Residindo atualmente em Piabetá (bairro próximo a Ocupação Getúlio Cabral), sendo enquadrado na classe média. Sem falar no fato de que Adriano parece muito fisicamente com Getúlio, a primeira vez que o vi pessoalmente fiquei impressionada com tamanha semelhança, uma cópia quase perfeita do pai.

Devo mencionar que nem todos os parentes de Getúlio fazem questão de lembrar a história do mesmo. O seu filho mais velho, Alexandre Cabral que atualmente mora na Itália, não fala nada que se relacione ao nome do pai, sobre política e muito menos sobre a

Ocupação. Seu tio Luis Carlos e seu irmão Adriano me disseram na entrevista que Alexandre é muito fechado até mesmo com a família, que o que aconteceu foi um trauma muito grande, e que ele não superou até hoje, apesar disso foi o mesmo o solicitante no processo movido contra o Estado para o pagamento da reparação/ indenização a família pelo assassinato de seu pai. Adriano me disse que não tem bom relacionamento com os parentes de sua mãe, porque os mesmos culpam o seu pai pela vida conturbada que Maria de Lourdes teve.

Vimos que cada grupo tem uma memória diferente de Getúlio e um objetivo diferente em propagá-la. A família, o PCB, PCBR, Grupo Tortura Nunca Mais e Anistia Internacional têm uma visão positiva do mesmo, já os órgãos oficiais do Estado uma visão altamente negativa, fazendo questão que esse passado seja esquecido e apagado.

Portelli utilizou o conceito de “memória dividida” para falar das memórias de um massacre ocorrido na cidade italiana de Civitella:

Contini identifica, por um lado, uma memória “oficial”, que comemora o massacre como um episódio da Resistência e compara as vítimas a mártires da liberdade; e, por outro lado, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvas e filhos, focada quase que exclusivamente no seu luto, nas perdas pessoais e coletivas. Essa memória não só nega qualquer ligação com a Resistência, como também culpa seus membros de causarem, com um ataque irresponsável, a retaliação alemã.⁹³

O conceito de “memória dividida” pode ser utilizado para análise das narrativas dos Ministérios da Marinha e Aeronáutica e da Anistia Internacional (quando se refere ao assassinato de Getúlio), do Jornal O Globo e do escritor Fernando Soares (quanto ao assassinato do marinheiro inglês David A. Cuthberg) e do Estado e da Mídia da época e dos Grupos de Esquerda (como eram vistos esses militantes que fizeram a opção pela luta armada).

A memória sobre a morte de Getúlio é dividida de um lado pelos Ministérios da Marinha e Aeronáutica e por outro lado pelos familiares do mesmo, pela Anistia Internacional e pelo Grupo Tortura Nunca Mais. Os ministérios afirmam que o mesmo foi morto em confronto com a polícia e os familiares, Grupo Tortura Nunca Mais / RJ e Anistia Internacional defendem a tese de que Getúlio foi assassinado pelos militares ao ser submetido a sessões de tortura.

⁹³ PORTELLI, 2006: 105.

Quanto ao episódio da morte de Getúlio Cabral analisando os documentos do Instituto Criminalístico Carlos Éboli, acreditamos que a real causa da morte de Getúlio se deu por causa da tortura a qual foi imposto pelos agentes do DOPS na sede do DOI-CODI/RJ (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas).

Outro caso de “memória dividida” é como os militantes que como Getúlio fizeram a opção pela luta armada eram vistos. A memória oficial (O Estado, a mídia e a sociedade da época) os via como bandidos, terroristas e subversivos. Já os Grupos de Esquerda no caso específico de Getúlio, o PCBR, e seus familiares o viam como alguém que lutava pelos seus ideais, pela ideologia que acreditava, por liberdade e pela volta da democracia. Analiso esses militares que fizeram a opção pela luta armada não como as categorias recorrentes: heróis ou bandidos e sim como pessoas que fizeram a opção a seu ver correta de lutar em nome de uma causa.

A memória sobre o assassinato do marinheiro inglês é dividida pelo Jornal O Globo e pelo escritor Fernando Soares. O jornal afirma que “terroristas” mataram friamente o marinheiro, para desencadear o terrorismo no país. Já o escritor defende a tese de que esse caso foi armado, mais uma farsa, um teatro montado pelos militares.

O conceito “Lugar de Memória” é trabalhado por mim na ótica de Nora. Eles “expressam o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto-reconhece e se auto-diferencia. É a história que ainda possui restos de memória”.⁹⁴ E como lugares de memória elejo na minha pesquisa: a Ocupação Getúlio Cabral, uma Rua em Paciência (RJ) que foi inaugurada em 1981 e tem como nome Getúlio D’Oliveira Cabral, o Espaço Museal do Guadá e o Auditório e Espaço de Formação Getúlio Cabral.

O início da Ocupação Getúlio Cabral aconteceu no final da década de 1980 e foi organizada pela Associação de Moradores Local (Luis Carlos Cabral era o presidente da Associação). Essas terras foram ocupadas por cerca de duas mil pessoas. Na década de noventa Leonel de Moura Brizola – governador no período e Fernando Collor de Melo (presidente) doaram oficialmente essas terras da União para a Ocupação. Ela hoje conta com aproximadamente dez mil pessoas, cento e trinta e sete ruas, destacando a Rua Che Guevara e Carlos Mariguella, continua tendo como presidente da associação de moradores Luis Carlos Cabral, que mora na mesma com a sua família. A ocupação fica localizada no bairro de Parada

⁹⁴ NORA, 1993.

Angélica – terceiro distrito de Duque de Caxias, uma área muito pobre e carente da cidade, dominada pelo tráfico e pela milícia local.

O Colégio Estadual Guadalajara que fica localizado no bairro de Olavo Bilac - no Primeiro Distrito de Duque de Caxias conta com diversos programas e em um desses a escola decidiu criar um Espaço Museal para registrar, preservar e guardar suas memórias e histórias. Esse espaço foi inaugurado em outubro de 2012, tendo a sua exposição montada pelos próprios alunos com a ajuda das professoras Helenita e Marlucia Santos que são as responsáveis pelo projeto Guadá-Vida. Nesse espaço foi separado um cantinho de memória para Getúlio Cabral, onde foi colocada uma linha do tempo que conta um pouco da sua trajetória. A escola resolveu homenageá-lo porque a Escola Municipal Darcy Vargas, onde Getúlio estudou quando criança faz parte do território do projeto do Colégio Guadalajara conhecido como Comunidade Educadora.

O Auditório e Espaço de Formação Getúlio Cabral ficam localizados na Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento, no bairro de São Bento – segundo distrito de Duque de Caxias. Foi inaugurado no dia nove de setembro de 2012, e contou com a presença dos familiares de Getúlio: Adriano, Vitor Hugo, Ernesto e Luis Carlos. No local será colocada uma linha do tempo contando um pouco da trajetória de Cabral. O museu resolveu fazer essa homenagem a Getúlio e seus familiares por entender que através deles estão representando todas as pessoas que militaram arduamente na cidade de Duque de Caxias principalmente nas décadas de cinquenta e sessenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Silêncio, fraudes e privatização são marcas deixadas pela ditadura. Em 1968, a FNM foi privatizada, passando para a Alfa Romeo (indústria italiana), em meio à revolta dos trabalhadores e ao inquérito aberto para apurar a existência de fraudes. Em 1976, a fábrica passou para o domínio da Fiat (empresa italiana), e os operários iniciaram a convivência com a racionalização da produção, a automação, a intensificação dos ritmos de trabalho e a hiperexploração da força de trabalho.

Privatização, desemprego e extermínio. Todos os dias, chegavam mais trabalhadores em busca de emprego e se alojavam como podiam, onde as condições de vida eram péssimas.

Fica claro que Caxias, assim como toda a Baixada, tornou-se, mais uma vez, lugar de armazenamento e passagem, só que agora de trabalhadores pobres. Toda a memória de organização, de experiência operária e de esforço de construção de participação política, não fora experimentada por toda a sua população; ao contrário, fora silenciada.

Com a presença dos militares, os privilégios foram mantidos para um pequeno setor local, e o domínio dos representantes da Arena como Hydekel de Freitas⁹⁵, Ampliato Cabral, Samuel Corrêa e outros se foram consolidando.

Progressivamente, houve a consolidação do conservadorismo, do clientelismo e do assistencialismo em meio a uma população que crescia junto com a pobreza. Durante os anos que se seguiram ao período da ditadura militar, a ordem foi mantida pela coerção aberta em todos os níveis. Os militares e suas polícias especiais faziam o controle político; o Batalhão ocupava as ruas. Para evitar as ameaças das explosões populares e novas ameaças à propriedade, os grupos de extermínio entravam em cena.

Há uma perspectiva institucional de que teriam sido levados à luta armada vários daqueles que se viram privados de seus canais de atuação política e social depois do golpe de

⁹⁵ Hydekel nasceu em Porciúncula, interior do estado, em 1939, chegando ainda criança a Caxias. Seu pai era comerciante e investiu na compra de lotação, tornando-se organizador e proprietário da empresa de transporte rodoviário Santo Antônio. Hydekel fazia parte do grupo dos *playboys* e fazia oposição a Tenório Cavalcanti. Eleito deputado pelo Partido Republicano, tornou-se, logo depois, líder da bancada. Em 1964, casou-se com Natália Sandra Cavalcanti, filha, assessora e secretária de Tenório. Segundo a irmã, Maria do Carmo, seu pai não queria o casamento, mas não teve como impedi-lo. Fica claro que, com a mudança da conjuntura, favorável aos conservadores e aos militares, a posição política de Hydekel representou a possibilidade de permanência na articulação do poder.

1964, ou depois do “golpe dentro do golpe” de 1968: camponeses perseguidos, militares expulsos de suas corporações, sindicalistas e políticos cassados, intelectuais e estudantes expulsos das escolas e impedidos de organizar-se livremente. Sendo assim, a resistência armada teria sido o último mecanismo para aqueles que ficaram sem espaço de atuação institucional ou privados da própria atividade com que ganhavam a vida, impedidos de se manifestar e de existir como oposição.

A análise por esse ângulo apresentado acima revela parte da realidade. Efetivamente ocorreu o estreitamento dos canais de expressão política institucional em 1964, e depois com mais intensidade em dezembro de 1968, o que, de certo modo, levou um razoável número de pessoas para as organizações armadas. Porém esse tipo de análise, ao revelar a parte, mistifica o todo social e a própria luta de classes no período.

Logo, os grupos armados não pretenderam opor, só e fundamentalmente, uma resistência à ditadura. O projeto de guerra de guerrilhas no Brasil era anterior ao golpe de 1964; vinha, desde o início daquela década, estimulado pela revolução em Cuba. Isso para não falar nas propostas de revolução armada que vinham de muito antes, na tradição bolchevique, como o levante comunista de 1935, como a linha política do PCB no início dos anos 1950 e os projetos revolucionários comunistas de tendência trotskista.

Assim, a luta das esquerdas em armas após o golpe de 1964 tinha como projeto, não só derrubar a ditadura, mas caminhar definitivamente rumo ao fim da exploração de classe, embora houvesse divergências entre as organizações sobre como se chegaria ao socialismo.

Quanto ao endurecimento da ditadura após o AI-5, existem teses opostas à direita e à esquerda. O grupo da direita diz que foi levado ao uso da repressão mais violenta para responder à ameaça da guerrilha promovida por setores da esquerda que, por sua vez, alegam que o fechamento da ditadura levou-os a pegar em armas para combatê-la. Os dois argumentos parecem problemáticos, embora sirvam as pessoas envolvidas para justificar suas próprias ações.

O argumento por parte da esquerda até certo ponto se aguenta, pois houve organizações significativas que não pegaram em armas, não só o PCB, mas também grupos que se consideravam revolucionários, caso da AP (Ação Popular) e do PORT (Partido Operário Revolucionário – Trotskista) ⁹⁶. Além disso, em 1968, ALN, VPR e Colina

⁹⁶ Surgiu no ano de 1953 sob a influência do argentino Homero Cristali em ferrenha oposição ao PCB, então adepto da linha stalinista. A forte repressão que sofreu de 1970 a 1972 levou-o à extinção. Mais informações ver: SORIANO, Francisco. *A grande partida: Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.

(Comandos de Libertação Nacional) ⁹⁷ já faziam ações armadas, embora só depois do AI-5 tenha ocorrido o que Gorender⁹⁸ chamou de “imersão geral na luta armada”.

Por sua vez, o argumento à direita não convence também, porque as ações armadas no período eram elementares e controladas pelo regime, que conseguiu acabar com a guerrilha de Caparaó⁹⁹, em 1967, bem como os movimentos de massa de 1968, principalmente o estudantil e o operário, já desarticulados bem antes do “golpe dentro do golpe”.

Para Gorender, o fracasso da esquerda se deu por uma conjunção de fatores: hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, entre outros.

Para a esquerda armada, a guerrilha urbana devia ser preparatória da guerrilha rural. Porém, nenhuma das organizações brasileiras empenhadas na guerrilha urbana chegou à guerrilha rural.

Segundo Gorender, a esquerda não pode ser colocada no papel de vítima passiva, pois toda ela se opôs a ditadura militar e a maior parte dela adotou a linha da luta armada. Organizações de esquerda praticaram atos como: atentados a bombas e armas de fogo, assaltos a bancos, sequestros de diplomatas e de aviões, justicamento de inimigos, entre outros. Para o autor, a esquerda deve assumir a violência que praticou e que a mesma original é a do opressor. Assim, a violência do oprimido veio como resposta. Outra questão importante que o autor aborda é que casos de tortura praticada por organizações de esquerda nunca foram verificados.

A realidade é que a ditadura militar, sustentada por um relativo crescimento econômico e por uma violenta repressão política, derrotou todos aqueles que se lançaram contra ela entre o final dos anos 1960 e meados da década de 1970.

⁹⁷ Surgiu de uma cisão da POLOP, no ano de 1967 e, em 1969, fundiu-se com a VPR para formar a VAR-Palmares. No mês de março de 1969, em Belo Horizonte, um dos seus primeiros quadros mortos sob tortura foi o sargento da Aeronáutica João Lucas Alves, cujo laudo necroscópico oficial acusa a falta de algumas de suas unhas. Mais informações ver: SORIANO, Francisco. *A grande partida: Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.

⁹⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987, p.153.

⁹⁹ A Guerrilha do Caparaó (1966-1967) foi a primeira tentativa de organização de uma resistência armada ao regime militar implantado no Brasil em 1964. Foi constituída por intelectuais, militares cassados e militantes de esquerda que, influenciados pelos ideais revolucionários de Che Guevara e pelo pensamento de Fidel Castro, se rebelaram contra o governo. O movimento foi organizado pelo MRN – Movimento Nacionalista Revolucionário, liderado pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Os planos do MRN foram descobertos ainda na fase de preparação e seus membros foram presos pelos militares.

Analisar depoimentos de militantes revelam uma certa idealização do passado, que normalmente ocorre com as memórias, especialmente as da juventude. É possível; mas o que interessa é ressaltar que as normas de funcionamento interno das organizações de esquerda não eram tomadas pelos militantes como algo que lhes era imposto contra a vontade, mas consideradas legítimas e necessárias naquela conjuntura.

Falar de ditadura continua sendo ainda um tabu, um número considerável de pessoas se incomoda de lembrar o passado, isso porque uma parte da sociedade brasileira, por ação ou omissão, foi conivente com a mesma. Talvez seja difícil admitir essa verdade, e mais ainda que a ordem estabelecida hoje seja herdeira do que foi orquestrado pelos poderosos naquele tempo.

A lei da anistia¹⁰⁰ de 1979 cobriu com a impunidade os torturadores. Pois, a mesma é uma lei de “duas mãos”, a beneficiar torturadores e vítimas. É inadmissível que o crime de tortura seja considerado como crime político, passível de anistia e prescrição.

O passado ditatorial brasileiro permanece como um fantasma a assombrar e contaminar o presente. Contaminar porque devido à incapacidade de reconhecer e julgar os crimes do Estado no passado transforma-se numa espécie de referência para ações criminosas praticadas pela polícia e por outros setores do Estado.

Na experiência de transição brasileira constata-se um processo aberto e incompleto, já que somente foi contemplado o direito à reparação, com o pagamento de indenização aos familiares dos desaparecidos no regime militar. Os demais deveres do Estado, que consistem em investigar, processar e punir os violadores dos direitos humanos; revelar a verdade para as vítimas, seus familiares e toda a sociedade; e afastar os criminosos de órgãos relacionados ao exercício da lei e de outras posições de autoridade, ou não foi cumprido ou têm sido de maneira acessória. Devemos avançar na garantia do direito à verdade, do direito à justiça e em reformas institucionais.

Às Forças Armadas cabe à tarefa de abrir arquivos, revelar todos os fatos ocorridos, permitindo assim que a sociedade conheça toda a sua história. Sinalizando que passados mais de vinte anos que o último general deixou o poder, tornou-se uma instituição que respeita os valores da democracia e, portanto, sabe que têm a obrigação de assumir os erros do passado e pedir perdão às vítimas, seus familiares e toda a sociedade brasileira.

¹⁰⁰ Lei da anistia é a denominação popular da Lei nº 6.683, promulgada pelo presidente Figueiredo em 28 de agosto de 1979, após uma ampla mobilização social, ainda durante o regime militar.

Devemos lembrar-nos dos inúmeros casos de assassinatos de pessoas que não tinham nada a ver com grupos comunistas, que eram apenas opositores do regime militar, como foi os casos do ex-deputado federal Rubens Paiva¹⁰¹ e do jornalista Vladimir Herzog¹⁰². Esses casos já serviriam para colocar por terra o argumento que geralmente é utilizado pelo pensamento conservador nacional de que julgar os crimes da ditadura é imprudente porque significaria julgar as ações do Estado na guerra de defesa contra a “ameaça comunista”.

Segundo Jelin¹⁰³, pensar no contexto atual significa pensar nos regimes democráticos atuais, que propõem políticas neoliberais com um forte apego ao mercado, uma forte violência policial, direitos civis ameaçados e discriminação de minorias. Neste contexto, cabe pensar nas continuidades e rupturas entre as ditaduras e os regimes constitucionais da atualidade. A luta política se coloca contra o esquecimento: lembrar para não repetir.

A luta das vítimas da ditadura militar converte-se em uma luta pelos direitos humanos e contra o arbítrio. Vale lembrar a importância dos Grupos Tortura Nunca Mais na denúncia e combate à tortura no Brasil, prática presente antes da instauração do regime militar e potencializada nele e após. A diferença entre o período militar e o que vivemos é que hoje o alvo da tortura não é mais as camadas médias da população, e sim as classes perigosas, os torturáveis de sempre.

O Brasil ainda não deu a resposta necessária para estas famílias e para a sociedade como um todo. As demandas dos grupos mencionados não são individuais, relacionadas

¹⁰¹ Rubens Beyrodt Paiva (Santos, 26 de dezembro de 1929 — desaparecido em 20 de janeiro de 1971) foi um engenheiro civil e político brasileiro desaparecido durante o regime militar. Era filho de Jaime Almeida Paiva, advogado, fazendeiro do Vale do Ribeira e despachante do Porto de Santos, e de Araci Beyrodt. Casou-se com Maria Lucrécia Eunice Facciolla, com quem teve cinco filhos: Marcelo Rubens Paiva, escritor e jornalista, Vera Sílvia Facciolla Paiva (psicóloga e professora), Maria Eliana Facciolla Paiva (jornalista, editora de arte e professora), Ana Lúcia Facciolla Paiva (matemática e empresária) e Maria Beatriz Facciolla Paiva (psicóloga e professora). Formou-se em engenharia civil pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, em 1954. Militou no movimento estudantil na campanha "O petróleo é nosso". Foi presidente do centro acadêmico e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo.

¹⁰² Vladimir Herzog, nascido Vlado Herzog (Osijek, Reino da Iugoslávia, 27 de junho de 1937 — São Paulo, 25 de outubro de 1975), foi um jornalista, professor e dramaturgo brasileiro. O nome de Vladimir tornou-se central no movimento pela restauração da democracia no Brasil após 1964. Militante do Partido Comunista Brasileiro, foi torturado até a morte nas instalações do DOI-CODI, no quartel-general do II Exército, em São Paulo, após ter se apresentado ao órgão para "prestar esclarecimentos" sobre suas "ligações e atividades criminosas". Ele era casado com a publicitária Clarice Herzog, com quem tinha dois filhos. Após a morte do marido, além do trauma da perda, ela teve muita dificuldade em explicar aos filhos pequenos o que havia ocorrido com o pai. Corajosa e obstinada, Clarice conseguiu, depois de três anos (1978), que a União fosse responsabilizada judicialmente pela morte de Vlado. Para ela, não foi um consolo saber que sua morte desencadeou a primeira reação popular contra a brutalidade da repressão política do regime.

¹⁰³ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2002.

somente às vítimas. São demandas que deveriam ser vistas como necessárias para a sociedade brasileira. O direito à verdade e, principalmente, à justiça, é algo que está previsto em decisões de organismos internacionais de direitos humanos e na própria Constituição de 1988. Não realizá-lo é permitir que infrações a direitos humanos continuassem a acontecer, como de fato ocorre no Brasil.

A Comissão da Verdade Brasileira foi criada apenas em maio de 2012, sendo a última na América Latina e tem como abrangência o período dos anos de 1946 a 1988. A mesma tem como objetivo examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados durante esse período. Ela é composta por sete membros: Cláudio Fonteneles (procurador geral da República entre 2003 e 2005 – foi membro da Ação Popular), Gilson Dipp (Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde 2011), José Carlos Dias (Ministro da Justiça – governo FHC), José Paulo Cavalcanti Filho (Advogado), Maria Rita Kehl (psicanalista), Paulo Sérgio Pinheiro (Professor USP e diplomata) e Rosa Maria Cardoso da Cunha (advogada criminalista). Terá a duração de dois anos. Quanto a Comissão tenho duas indagações mais pertinentes a fazer: a primeira porque a mesma tem o poder de investigar, descobrir e não punir? A segunda questão, porque motivo/ razão não foi convidado a fazer parte da mesma nenhum historiador.

Chegará o tempo em que o Brasil descobrirá que não haverá perdão enquanto não houver reconhecimento do crime. As famílias guardam e resguardam a memória dos seus, sonham com os caminhos de um mundo mais justo, livre da impunidade e menos submetido à humilhação das propostas que giram em torno da utilidade das razões de Estado. Não acabaremos com as balas perdidas, com os atos de violência e tortura se não apurarmos a verdade dos anos de terror da ditadura do Estado de modo a vencermos a cultura da impunidade. Pois essa bala perdida é, como o silêncio e o esquecimento, atos pelo qual ninguém se responsabiliza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, FGV, 1990.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras. 3ed, 1994.
- BRAZ, Antonio Augusto e ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias, RJ: APPH – Clio, 2010.
- BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. **O Mundo como Teatro, estudos de antropologia histórica**. Lisboa, Difel, 1993.
- _____. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. **O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Direito à Memória e à Verdade**. Brasília, 2007.
- DA SILVA, Sandra Regina Barbosa. **Ousar Lutar, Ousar Vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)**. Bahia: EDUFBA, 2013.
- DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FANON, Francis. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV. 2ed. 1998.
- FICO, Carlos. **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Rio de Janeiro: Edusc, 2004.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.
- GRECO, Heloisa Amelia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Tese de doutorado em História.
- GREGÓRIO. Maria do Carmo. **Solano Trindade: Raça e Classe, Poesia e Teatro na Trajetória de Um Afro-Brasileiro (1930-1960)**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado

pela UFRJ, 2005.

GRYNSZPAN, Mário. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1960)**. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação de Mestrado pelo Museu Nacional.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da Ditadura Militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

LACERDA, Stélio. **Caxias de Ontem: um pouco de memória**. Fábrica de Livros SENAI – RJ / XEROX / FUNGUTEN, 2002.

_____. **Uma Passagem pela Caxias dos Anos 60**. Fragmentos de Memória e Registros Gerais. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEMOS, Santos. **Sangue no 311**. Rio de Janeiro: Reper Editora, 1967.

_____. **O Negro Sabará**. Rio de Janeiro: Destaque, 1977.

_____. **Os Donos da Cidade**. Rio de Janeiro: Caxias Recortes, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LOWY, Michael. **O Pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MACEDO, Elza Dely Veloso. “**Ordem na Casa e Vamos à Luta! Movimento de Mulheres no Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia Cunha – Uma Militante**”. Rio de Janeiro, 2001. Tese de Doutorado em História do Departamento de História da UFF.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: O guerrilheiro que incendiou o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)**. Vassouras: Universidade Federal Severino Sombra. Dissertação de Mestrado, 2005.

MORAES, João Quartim de. **A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e observações críticas**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, n.1, 1989.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História e Memória. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) **História, Pensar e Fazer**. Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, dezembro de 1993.

PADRÓS, Enrique Sena, BARBOSA, Vânia M, LOPEZ, Vanessa Albertinence, SIMÕES, Amanda Fernandes (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul**

(1964-1985): História e memória. 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

_____. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.** 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

_____. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”.** 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 2, n.3, 1989.

_____. **Memória e Identidade Social.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 5, n.10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. “**O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum**” In: FERREIRA e AMADO, 1998: 103-137.

_____. *The order has been carried out: history, memory, and meaning of a Nazi massacre in Rome.* New York: Palgrave, 2003.

PUREZA, José. **Memória camponesa.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). **Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÉMOND, René. O Retorno do político. In: CHAVEAU, A. & TÊTARD. P. (orgs). **Questões para a história do presente.** Bauru: EDUSC, 1992.

RICARDO, José Ramalho. **Estado Patrão e Luta Operária: O caso FNM.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RICOEUR, Paul. "Entre memória e história". In **Projeto.** Paris: número 248, p.11, 1996.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: O treinamento guerrilheiro.** Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. **Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.
- SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado**. Buenos Aires, Siglo Vinteuno, 2005.
- SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2005.
- SORIANO, Francisco. **A grande partida: Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.
- STTOPPINO, Mario. **Poder**. In: Bobbio, Noberto et alli. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1995.
- TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- TELES, Janaína de Almeida. (orgs.) **Desarquivando a Ditadura – memória e justiça no Brasil**. Volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2008.
- _____. (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 2000.
- TORRES, Rogério e MENEZES, Newton. **Sonegação, fome, saque**. Rio de Janeiro: Consórcio de Administração de Edições, 1987.

Entrevistas:

- Luis Carlos Cabral: Ocupação Getúlio Cabral – Data: 26 de agosto de 2012.
- Luis Carlos Cabral, Ernesto Cabral, Vitor Hugo Cabral e Adriano Cabral: Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento – Data: 09 de setembro de 2012.
- Vitor Hugo de Oliveira Cabral: Instituto Histórico de Duque de Caxias – Data: Maio de 2008.

Jornais e Revistas:

- Jornal A Nova Democracia – fevereiro de 2010.
- CAMPOS, Fernando Soares. **La Insígnia**. Dezembro de 2005.

Sites:

Grupo Tortura Nunca Mais - <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

Centro de Documentação Eremias Delizoicov - www.desaparecidospoliticos.org.br

Documentário:

Memória para Uso Diário – Grupo Tortura Nunca Mais / RJ

Documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro:

- Setor: Comunismo Pasta: 112 Folha: 243
- Setor: Comunismo Pasta: 122 Folha: 223
- Setor: Terrorismo Pasta: 12 Folha: 140
- Setor: Terrorismo Pasta: 14 Folhas: 16 e 17
- Setor: Terrorismo Pasta: 15 Folha: 4
- Setor: Terrorismo Pasta: 16 Folha: 339
- Setor: Alvarás Pasta: 6 Folha: 197

ANEXOS

Mortos e Desaparecidos do PCB e PCBR pela Ditadura

Afonso Henrique Martins Saldanha, professor, PCB, morto em 08/12/74 – Rio de Janeiro.

Alberto Aleixo, gráfico, PCB, morto em 07/08/75 – Rio de Janeiro.

Almir Custódio de Lima, metalúrgico, PCBR, morto em 27/10/73 e seu corpo incendiado dentro de um carro em Jacarepaguá – Rio de Janeiro.

Anatália de Souza Melo Alves, PCBR, morta sob tortura em 22/01/73 – Recife.

Caiuby Alves de Castro, bancário, PCB, desaparecido em 21/11/73 – Rio de Janeiro.

Carlos Lima Aveline, advogado, PCB, morto em 17/03/1974 – Bahia.

Célio Augusto Guedes, dentista, PCB, morto sob tortura em 15/08/71 – Rio de Janeiro.

David Capistrano da Costa, ex-deputado, PCB, desaparecido em 16/03/74 – trajeto São Paulo e Rio Grande do Sul.

Divo Fernandes de Oliveira, marinheiro, PCB, desaparecido em 1964 – Rio de Janeiro.

Elson Costa, PCB, desaparecido em 15/01/75 – São Paulo.

Epaminondas Gomes de Oliveira, sapateiro, PCB, morto sob tortura em 20/08/71, no Hospital da Guarnição do Exército – Brasília.

Fernando Augusto da Fonseca “Sandália”, universitário, PCBR, morto sob tortura em 29/12/72 – Rio de Janeiro.

Francisco das Chagas Pereira, funcionário público e universitário, PCB, morto em 06/08/71 – Rio de Janeiro.

Getúlio de Oliveira Cabral, operário, PCBR, morto em 29/12/72 – Rio de Janeiro.

Hiran de Lima Pereira, jornalista, PCB, desaparecido em 15/01/75 – São Paulo.

Inocência Pereira Alves, alfaiate, PCB, preso e torturado em março de 1964, morreu como indigente em 1967 – Feira de Santana (BA).

Ismael Silva de Jesus, estudante, PCB, morto sob tortura em 09/08/72 – Goiás.

Israel Tavares Roque, jornalista, PCB, desaparecida em 15/11/64 – Rio de Janeiro.

Itair José Veloso, pedreiro, PCB, desaparecido em 25/05/75 – Rio de Janeiro.

Jayme Amorim Miranda, jornalista e advogado, PCB, desaparecido em 04/02/75 – Rio de Janeiro.

João Alfredo Dias, camponês, desaparecido em 29/08/64 – Sapé (PB).

João Massena Melo, metalúrgico, PCB, desaparecido em 03/04/74 – São Paulo.

João Roberto Borges de Souza, PCB, universitário, morto em 10/10/69 – Catolé do Rocha (PB).

José Bartolomeu Rodrigues de Souza, PCBR, morto em 29/12/72 – Rio de Janeiro.

José Dalmo Guimarães Lins, jornalista, PCB, morto em 11/02/1971 – Rio de Janeiro.

José Montenegro de Lima, estudante, PCB, desaparecido em 29/09/75 – São Paulo.

José Roman, metalúrgico, PCB, desaparecido em 16/03/74 – fronteira de Uruguaiana e São Paulo.

José Silton Pinheiro, estudante, PCBR, morto em 29/12/72 – Rio de Janeiro.

Lourdes Maria Wanderley Pontes, PCBR, morta em 29/12/72 – Rio de Janeiro.

Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, universitário e bancário, PCBR, morto em 08/03/72 – Caruaru (PE).

Luís Inácio Maranhão Filho, PCB, ex-deputado estadual e jornalista, desaparecido em 03/04/74 – São Paulo.

Manoel Fiel Filho, metalúrgico, PCB, morto sob tortura em 17/01/76 – São Paulo.

Marcos Antônio da Silva Lima, sargento da Marinha, PCBR, morto em 14/01/70 – Rio de Janeiro.

Mário Alves de Souza Vieira, jornalista, PCBR, morto em 16/01/70 – Rio de Janeiro.

Míriam Lopes Verbena, PCBR, morta em 08/03/72 – Caruaru (PE).

Neide Alves dos Santos, PCB, morta em 07/01/76 – São Paulo.

Nestor Vera, agricultor, PCB, desaparecido em abril de 1975 – Belo Horizonte.

Newton Eduardo de Oliveira, PCB, morto em 01/09/64 – Rio de Janeiro.

Odijas Carvalho de Souza, universitário, PCBR, morto em 08/02/71 – Pernambuco.

Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior, jornalista e advogado, PCB, desaparecido em 08/10/75 – Rio de Janeiro.

Pedro Domiense de Oliveira, PCB, morto em 08/05/64 – Salvador.

Pedro Inácio de Araújo, líder camponês, PCB, desaparecido em 07/09/64 – João Pessoa.

Pedro Jerônimo de Souza, comerciante, PCB, morto sob tortura em 17/09/75 – Fortaleza.

Ramires Maranhão do Valle, estudante, PCBR, morto em 27/10/73 – Rio de Janeiro.

Ranússia Alves Rodrigues, enfermeira, PCBR, morta em 27/10/73 – Rio de Janeiro.

Severino Elias de Melo, comerciante, PCB, morto em 30/07/65 – Galeão, Rio de Janeiro.

Túlio Roberto Cardoso Quintiliano, brasileiro, engenheiro, PCBR, morto em 12/09/73 – Chile.

Valdir Sales Saboya, ex-soldado da PM, PCBR, morto sob tortura em 29/12/72 – Rio de Janeiro.

Vitorino Alves Moitinho, estudante, PCBR, desaparecido em 27/10/73 – Rio de Janeiro.

Vladimir Herzog, croata, jornalista e professor, PCB, morto sob tortura em 25/10/75 – São

Paulo.

Walter de Souza Ribeiro, jornalista, PCB, desaparecido em 03/04/74 – São Paulo.

Fonte: SORIANO, Francisco. *A grande partida: Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.

IMAGENS



Pais de Getúlio: Lindrosina e Manoel Arcanjo – Acervo:Luis Carlos Cabral (Figura 1)



Fonte: Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. (Figura 2)



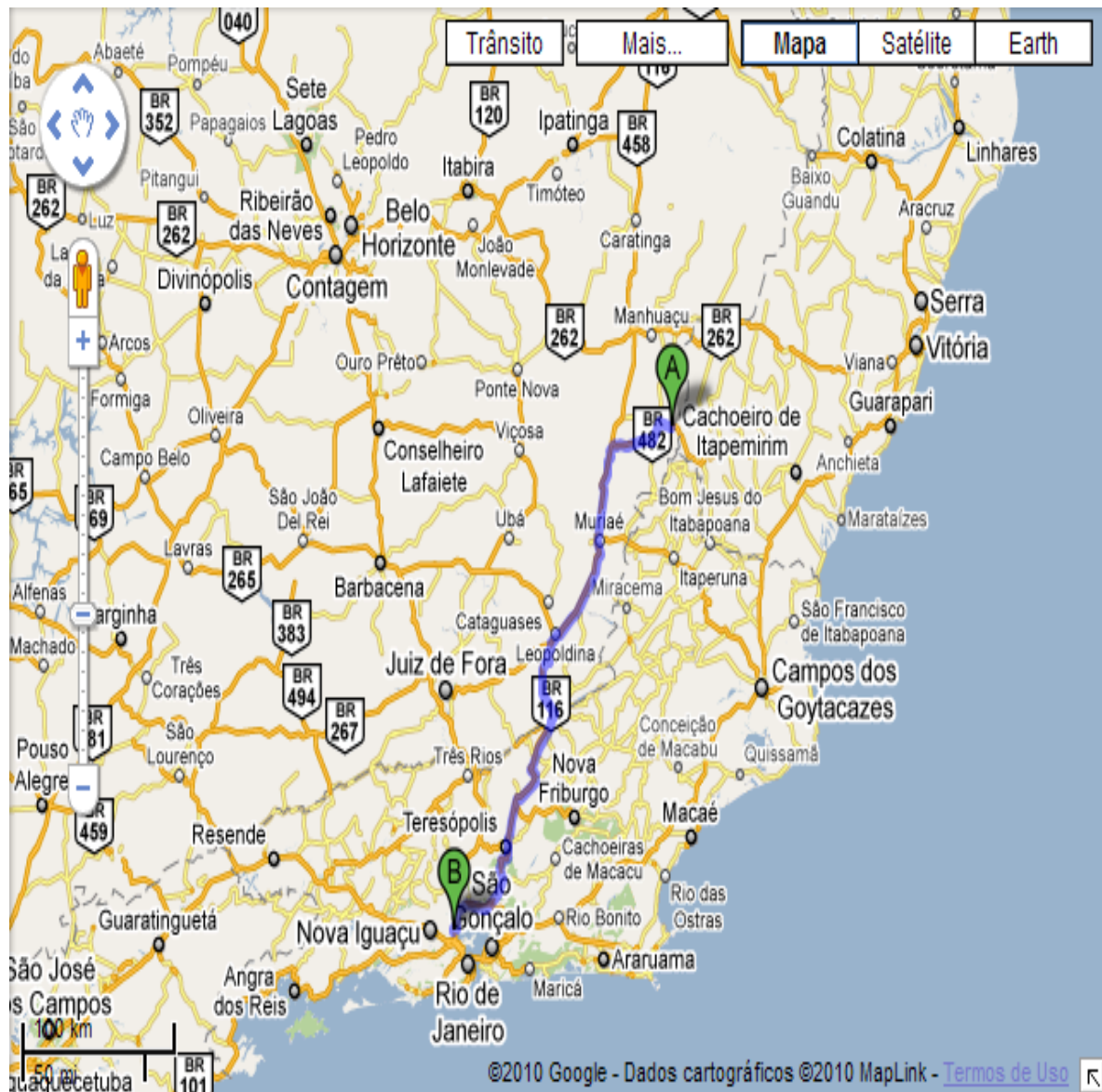
Getúlio Cabral. Acervo: Grupo Tortura Nunca Mais / RJ (Figura 3)



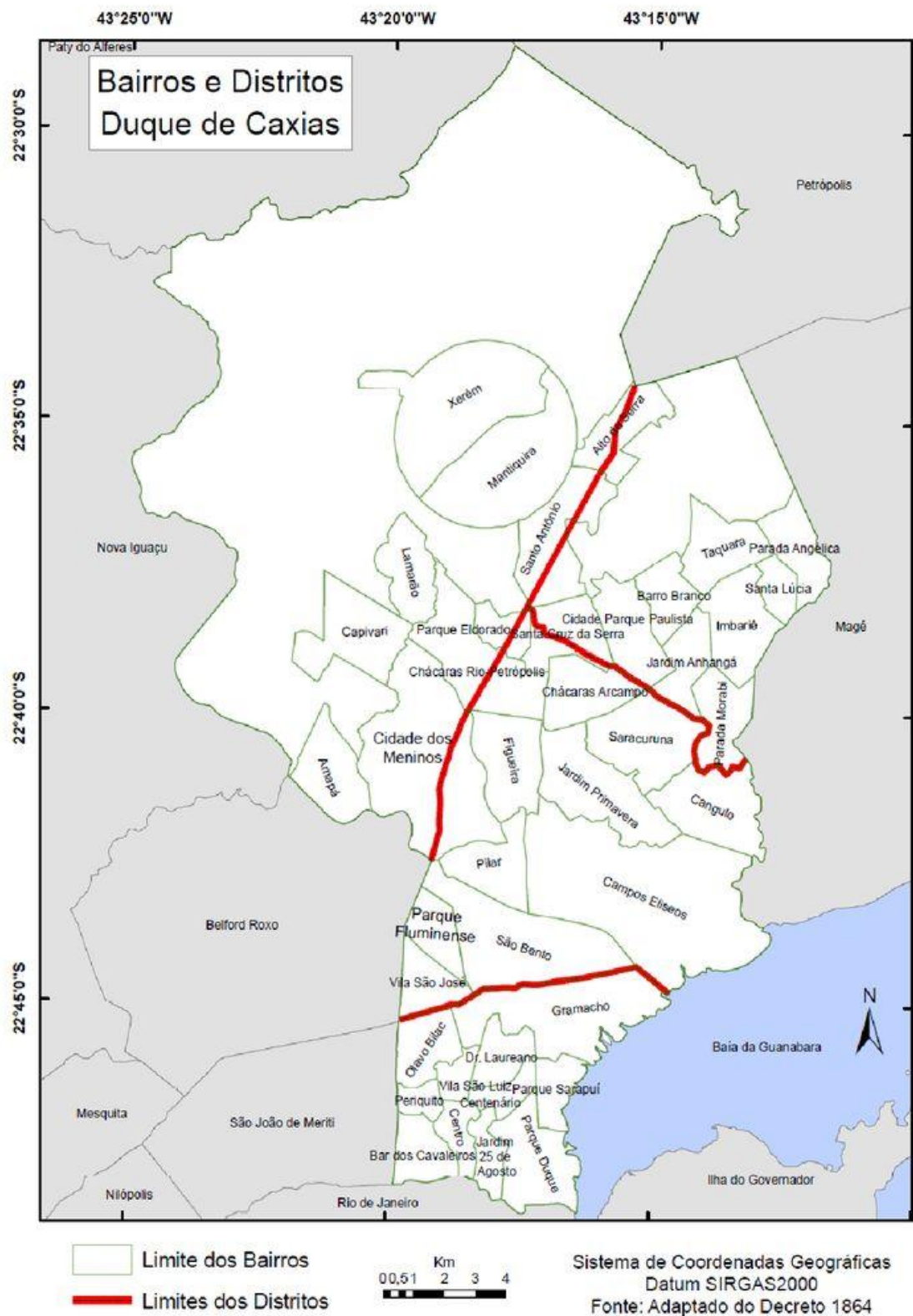
Foto de casamento de Getúlio Cabral e Maria de Lourdes. Acervo: Adriano Cabral (Figura 4)



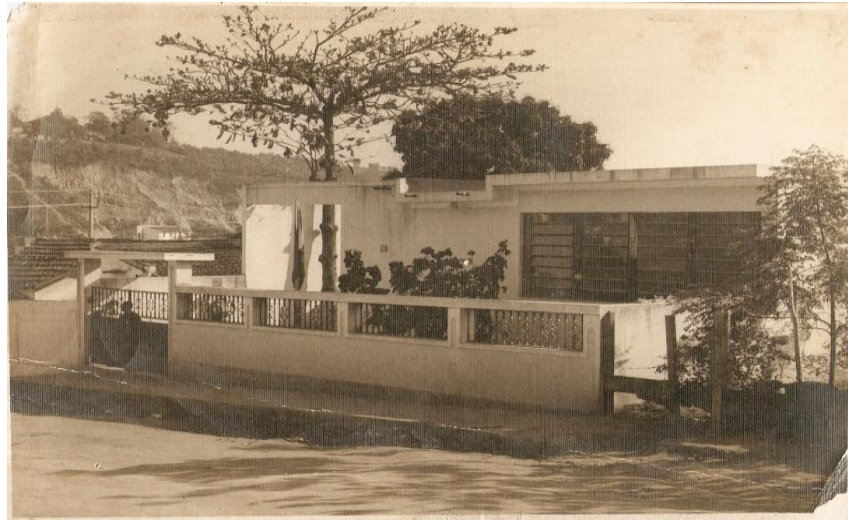
Getúlio Cabral aos dezesseis anos. Acervo: Luis Carlos Cabral (Figura 5)



Fonte: <http://maps.google.com.br> - Saída de Espera Feliz (MG) para Duque de Caxias (RJ) (Figura 6)



Bairros e Distritos de Duque de Caxias. Fonte: Atlas Geográfico de Duque de Caxias. (Figura7)



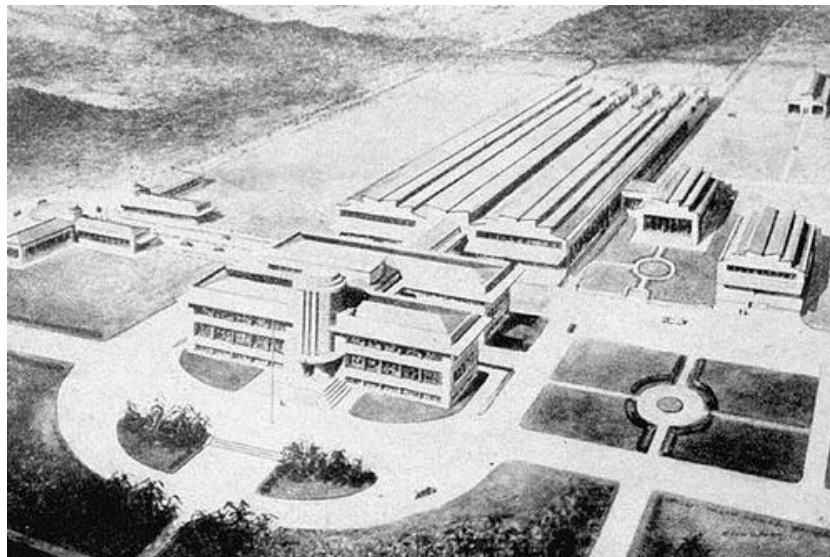
E. M. Darcy Vargas – 1967 – Acervo: Escola Municipal Darcy Vargas (Figura 8)



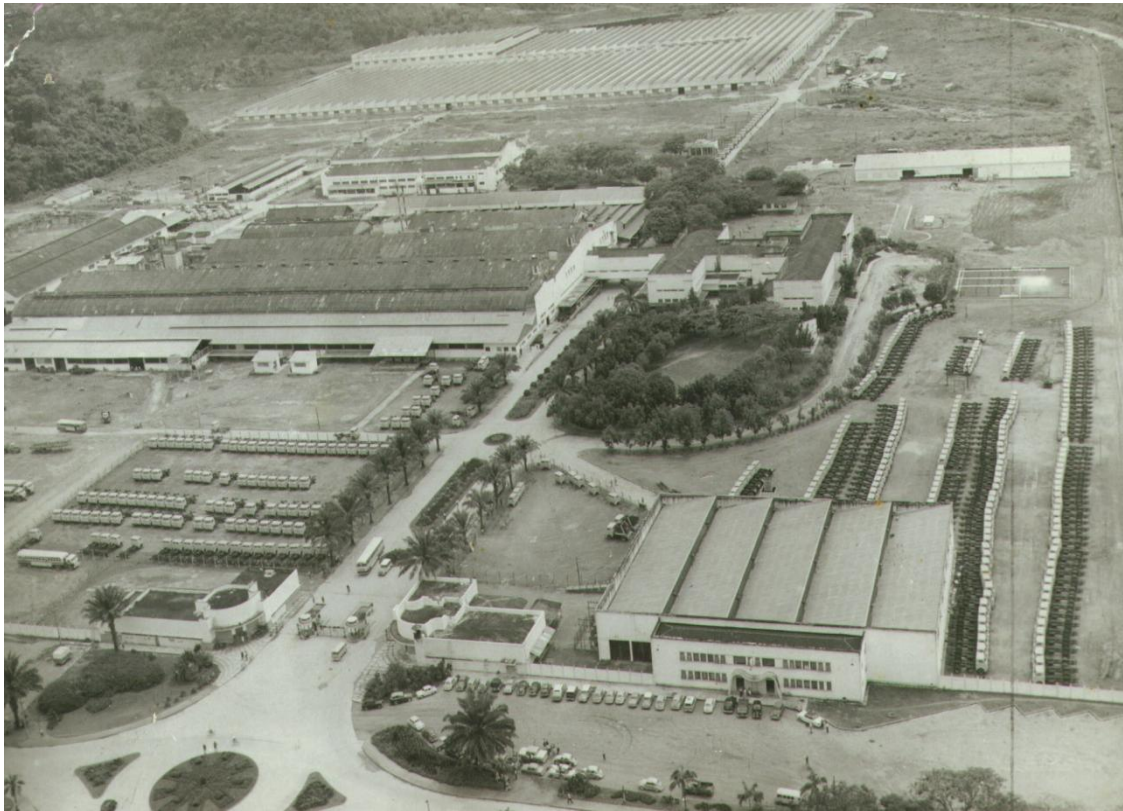
E. M. Darcy Vargas – 1969 – Acervo: Escola Municipal Darcy Vargas (Figura 9)



Fonte: Adriano Cabral recebendo a medalha Chico Mendes. Acervo: Grupo Tortura Nunca Mais / RJ (Figura 10)



Fonte: obvio. ind.br – FNM (Figura 11)



FNM nos anos 50
Acervo CRPH (Figura 12)



FNM nos anos 50
Acervo CRPH (Figura 13)



Caminhão FNM. Fonte: retroramabrazil.blogspot.com (Figura 14)



Área de pouso da FNM nos anos 40 – Acervo IHDC (Figura 15)

Getúlio de Oliveira Cabral				
PROF.			IDADE	35
LOCAL RJ			ANO	1972
APELAÇÃO 39.905	VOL. 2º	PÁG. 261	CCXCIII	
PARTE certidão de óbito				

Causa mortis = ferimento penetrante da cabeça determinando fratura do crânio e destruição do tecido nervoso cerebral e carbonização.

Sepultamento = Cemitério de Ricardo de Albuquerque

Médico-legista = Dr. Roberto Blanco dos Santos.

Data do falecimento = 29 de dezembro de 1972.

Fonte: Grupo Tortura Nunca Mais (Site) – Certidão de óbito de Getúlio Cabral (Figura 16)

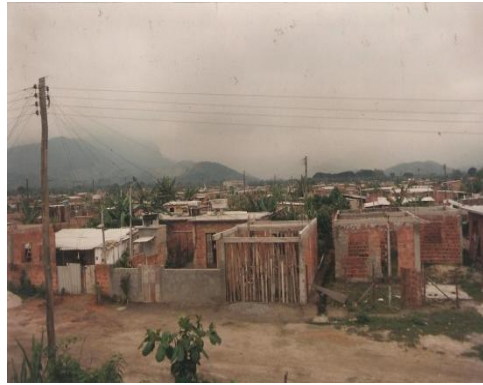
Ocupação Getúlio Cabral



Início da ocupação nos anos 80 (Acervo da Associação de Moradores Getúlio Cabral sob a guarda do CRPH) (Figura 17)



Início da ocupação nos anos 80 (Acervo da Associação de Moradores Getúlio Cabral sob a guarda do CRPH) (Figura 18)



A ocupação em fins dos anos 80 (Acervo da Associação de Moradores Getúlio Cabral sob a guarda do CRPH) (Figura 19)



A ocupação em fins dos anos 80 (Acervo da Associação de Moradores Getúlio Cabral sob a guarda do CRPH) (Figura 20)



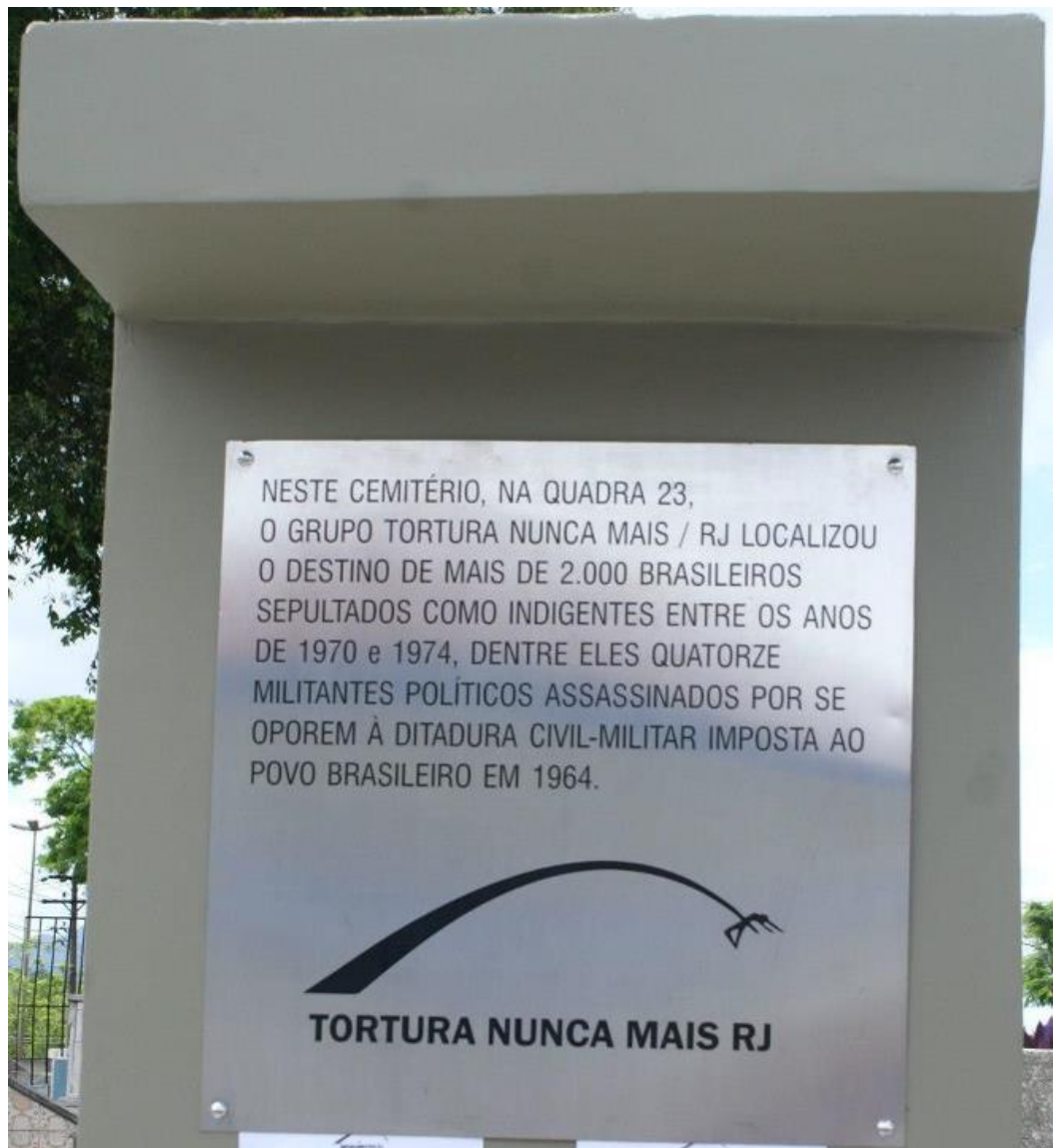
Visita do Governador Leonel Brizola a Ocupação Getúlio Cabral a convite da Associação de Moradores para reivindicar a regulamentação dos lotes urbanos. Acervos Associação de Moradores Getúlio Cabral sob a guarda do CRPH (Figura 21)



Inauguração do Memorial no Cemitério de Ricardo de Albuquerque (Acervo de Luis Carlos Cabral) (Figura 22)



Cerimônia de inauguração do Memorial no Cemitério de Ricardo de Albuquerque (Acervo de Luis Carlos Cabral) (Figura 23)



Placa de inauguração do Memorial no Cemitério de Ricardo de Albuquerque (Acervo de Luis Carlos Cabral) (Figura 24)



Foto do Cemitério de Ricardo de Albuquerque (Foto de Fábio Silva Gonçalves) (Figura 25)



Entrevista realizada na Ocupação Getúlio Cabral com Luis Carlos Cabral, no dia vinte e seis de agosto (Acervo de Giselle dos Santos Siqueira) (Figura 26)



Foto da Ocupação Getúlio Cabral – Agosto de 2012. (Acervo de Giselle dos Santos Siqueira) (Figura 27)

Seis subversivos morrem em tiroteios com autoridades

Os órgãos de segurança distribuíram ontem nota oficial comunicando que em ações simultâneas realizadas em diversos pontos do Rio, na noite de 29 de dezembro último, foram desbaratadas duas importantes células do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que atuavam coordenadas nos bairros de Grajaú e Bento Ribeiro.

Durante o choque de segurança, morreram seis terroristas, um ficou ferido, conseguindo fugir, após ser perseguido por alguns populares que presenciaram o tiroteio e dois foram presos. As vítimas constituíram o Grupo de Fogo do PCBR no Rio, que seria encarregado da execução de vários assaltos e bancos, planejados para o início desse ano.

Integra

É a seguinte, na íntegra, a nota distribuída ontem pelos órgãos de segurança:

"DESTRUIDO O GRUPO DE FOGO TERRORISTA DO PCBR/GB"

Em ações simultâneas, realizadas em pontos diferentes da Guanabara, os órgãos de segurança prosseguindo operações contra grupos terroristas, remanescentes, desbarataram duas importantes células do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que atuavam coordenadas nos bairros de Grajaú e Bento Ribeiro.

No choque consequente, foram gravemente ferido um agente de segurança, morreram seis terroristas, um ficou ferido e conseguiu fugir após ser perseguido por alguns populares que presenciaram o tiroteio e dois foram presos. Esses terroristas constituíram o Grupo de Fogo do PCBR/GB que seria encarregado da execução de vários assaltos a agências bancárias, planejados para o início do corrente ano.

Os fatos ocorreram na noite de 29 de dezembro último e deixaram de ser roticiados na oportunidade em face do sério necessário ao prosseguimento das operações.

Antecedentes

A prisão, em 1.º de julho, de vários terroristas do PCBR, inclusive do chefe regional e ex-vice-presidente José Adolfo Ramos (Chico), permitiu a desarticulação de diversas células desse partido no Nordeste, com a apreensão de grande quantidade de documentos subversivos e planos gerais de ação previstos para o ano de 1973.

O terrorista José Adolfo, chefe regional da Maranhão, em 1968 e condenado a 15 anos de prisão por "terrorismo", morreu em 1969, durante o tiroteio e assassinato de um grande estorcedor.

No decorrer dessas operações, foi preso, também, o terrorista Fernando Augusto da Fonseca, o Fernando Sandália, do comando nacional do PCBR, procurado em todo o país devido à sua personalidade verificada na execução de inúmeros assaltos e crimes diversos, ocorridos na Guanabara e em algumas capitais do Nordeste, particularmente Salvador e Recife.

Fernando Sandália estava condenado a revelar, à pena de 20 anos de reclusão, por ter chefiado o assalto no Banco da Bahia, em Salvador. Planejava várias ações terroristas para execução na Guanabara no início do corrente ano. Para isso, realizava, no final de dezembro último, vários contatos com os integrantes do Grupo de Fogo da organização, que era chefiado pelo terrorista Getúlio de Oliveira Cabral (Goço). previa, assim, ultimar os preparativos para a primeira ação que seria executada contra a Agência Voluntários da Pátria, da União dos Bancos Brasileiros.

Após os interrogatórios preliminares, Fernando Sandália foi trazido ao Rio, a fim de concretizar os encontros planejados e possibilitar a prisão dos terroristas participantes.

Os fatos

Já no Rio, Sandália indicou o aparelho principal da organização situado na Rua Augusto Vargas Xavier de Lima — Bento Ribeiro, de onde seriam coordenadas as ações e, depois, se prontificou a conduzir os agentes ao encontro do aparelho móvel, que fazia ponto no Grajaú.

No dia 29 de dezembro, data marcada para os atos finais das primeiras operações do ano novo, equipes de segurança cercaram o aparelho, enquanto outras, conduzindo Fernando Sandália, se deslocaram para a Rua Grajaú, local previsto para o encontro, visando, com isso, realizar a prisão do Grupo de Fogo do PCBR, que estava mobilizado para o assalto.

No aparelho, o grupo ocupante procurou romper o cerco, empregando suas armas, inclusive granadas de mão. Retornado, após algum tempo, dois terroristas se entregaram presos e estavam mortos: Valdir Sales Sabóia, desertor da Polícia Militar da Guanabara, e Luciano Ribeiro da Silva, Gerdinha, antiga militante do PCBR.

As equipes de segurança que se dirigiram para o Grajaú, conduzindo Sandália, se aproximaram do local previsto, onde avistaram um fusco amil, chapa GB 28-3890, que posteriormente se apercebeu ter sido roubado para a realização do assalto à União dos Bancos Brasileiros. Após o reconhecimento preliminar e identificados os ocupantes do fusco, os agentes se retiraram, para, depois, retornar na entrada da referida rua, onde Sandália deveria descer.

Bastante nervoso, Sandália dirigiu-se a pé para o Volk, sendo recebido a tiros. Em decorrência, as equipes de segurança se aproximaram, travando-se então intenso tiroteio, após o qual o fusco se incendiou. No interior do carro, parcialmente carbonizado, estavam mortos os terroristas Getúlio de Oliveira Cabral (Goço), José Bartolomeu de Sousa, de Sousa, (Trepê) e José Sílton Pinheiro (Seares).

O outro ocupante, que se presume estar bastante ferido, conseguiu escapar.



Fernando Augusto Fonseca



Valdir Sales Sabóia



José Bartolomeu de Sousa



Getúlio de Oliveira Cabral



José Sílton Pinheiro

Apesar dos sérios ministérios, Fernando Sandália não resistiu aos ferimentos, tendo morrido no local.

ASSALTOS REALIZADOS PELO GRUPO DE FOGO DO PCBR, NA GUANABARA

- 1) Banco Souto Maior — Rio de Janeiro — Cr\$ 68 mil. Neste assalto o sargento Joel Nunes, da PMEG, foi morto.
- 2) Parque de São Bento — Niterói (até) — Cr\$ 10 mil.
- 3) Banco da Bahia — Rio de Janeiro — Cr\$ 21 mil.
- 4) Casa de Material de Construção — São Cristóvão — Cr\$ 350.000.
- 5) Banco da Bahia — Rio de Janeiro — Cr\$ 92 mil.
- 6) Banco Nacional — Brás de Pina — Cr\$ 47 mil.
- 7) Banco Novo Mundo — Brás de Pina — Cr\$ 1 mil. Neste assalto o condutor foi morto pelo terrorista José Sílton Pinheiro, Seares.
- 8) Banco Itaú América — Botafogo — Cr\$ 88 mil.
- 9) Banco Itaú América — Tijuca — Cr\$ 110 mil.

Dados gerais dos terroristas mortos

1. Getúlio de Oliveira Cabral — Goço, Gustavo, Artur, Peis, Tasso, Camilo.

Comando Nacional do PCBR e chefe do Grupo de Fogo, na Guanabara, também chamado de Segunda Militar.

— Estava condenado a 20 anos de reclusão pela Lei 48, CIM por participação no assalto à Agência Liberdade do Banco da Bahia — Salvador, em 1970.

Participou, como representante do PCBR, na ação da Frente Terrorista (ALN, Var-Palmara, PCBR e VPR) que assassinou, no Rio, o maritheiro inglês, David A. Cuthbert.

Na Guanabara, além de chefias pessoais a execução de todas as ações do Grupo de Fogo anteriormente citadas, participou, ainda, do assalto ao Detran e a dois bancos na Rua Bela — São Cristóvão, no rebo da lamba na ponte de quintino, a uma escola na Rua Conde de Bonfim; a Delegacia do Ministério de Trabalho em Bonferrum e da roubo de três automóveis Volkswagen na Rua Dias da Cruz no Méier.

Na Bahia, Salvador, montou o esquema que resultou, em 1970, no assassinato do primeiro-sargento Valdir Xavier de Lima, da FAB, e ferimento em um agente do DPFF/BA.

Responsável pelo assassinato do soldado Elias dos Santos, do 1º BPEX, em 1969.

Estava pronto para chafar um assalto, que seria realizado até o dia 30 de janeiro de 1973, à Agência Voluntários da Pátria da União dos Bancos Brasileiros, conforme levantamento apreendido no aparelho do PCBR de Bento Ribeiro.

2. Fernando Augusto Fonseca

Goço, João, Cláudio, Comprido, Sandália, Sardinha, João Marabá, do Comando Nacional do PCBR.

— Filho de José Augusto Valente da Fonseca e Nathaly Machado da Fonseca.

Ex-aluno de Economia da UFPE, trabalhou no Banco do Brasil na Rua 1.ª de Março, 66.

Vivia com a "terrorista" Sandra, Maria Araújo da Fonseca, ex-estudante da Faculdade de Psicologia da UFPE, durante sua participação no Direório Acadêmico ao lado de outros militantes comunistas. Ela, depois, foi atendida pelo Dr. Lei 47, em virtude de sua situação subversiva. Atualmente Sandra se encontra presa, em fase de processo judicial.

Participou do assalto ao Banco Souto Maior, Agência Vila da Penha, na Avenida Brás de Pina, no Rio, em 17 de dezembro, quando foi baleado e morto o sargento da PMEG Joel Nunes.

Participou pessoalmente da execução de todas as ações realizadas pelo grupo de fogo do PCBR anteriormente citadas.

3. José Bartolomeu de Sousa

Trepê, Duda, Carter, Teo, do Grupo de Fogo da Organização Terrorista PCBR.

— Filho de José da Costa Lima e Nissa de Sousa Lima.

Condenado à pena de prisão perpétua, por ter assassinado com tiros o tenente da FAB Mateus Leirinho dos Santos, a quem rouba, no Rio e no corpo, o qual ficou paralisado no hospital durante oito meses, tendo perdido as pernas, morrendo depois, completamente desamparado.

4. José Sílton Pinheiro

Seares, Gamalêira, ex-pertinente ao Grupo de Fogo do PCBR do Rio Grande do Norte.

Foi estudante do Ateneu Norte Rio-Grandense, onde participou ativamente no movimento estudantil, tendo atuado também, na organização do PCBR em Salvador. Posteriormente, foi transferido pela organização para o Grupo de Fogo PCBR-GB.

Participou de todas as ações realizadas pelo seu grupo, citadas anteriormente.

5. Luciano Ribeiro da Silva

Gerdinha, Cláudia.

— Natural de Olinda-PE, casada com o terrorista Paulo Pontes da Silva (Chamado), preso e condenado à prisão perpétua. Atualmente, era amante do terrorista Valdir Sales Sabóia (Goço), que morreu, também, no aparelho de Bento Ribeiro.

6. Valdir Sales Sabóia

Valdir, do Grupo de Fogo do PCBR-GB.

— Filho de Gerson August Sabóia e Eudécia Sales Sabóia.

— Nasceu na Guanabara em 1.º de março de 1952.

— Desertor da PMEG.

Participou de todas as ações praticadas pelo Grupo de Fogo citadas anteriormente.



Foto da Placa da Rua Getúlio D' Oliveira Cabral, no bairro de Paciência (RJ). (Acervo de Luis Carlos Cabral) (Figura 29)



Foto do Espaço Museal do Colégio Estadual Guadalajara, cantinho este dedicado a contar a história de Getúlio Cabral. (Acervo de Giselle dos Santos Siqueira) (Figura 30)



Foto tirada na sede do Museu Vivo do São Bento, com os familiares de Getúlio Cabral - 09 de setembro de 2012. (Acervo de Giselle dos Santos Siqueira) (Figura 31)